

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE
CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE
MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

ATA Nº 021

PRESIDENTE - DEPUTADA VERINHA ARAÚJO

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Boa-tarde a todos!

Convido todos para em pé ouvirmos e cantarmos o Hino Nacional Brasileiro, às vésperas do jogo e aguardando com muita expectativa a nossa seleção brasileira amanhã.

(EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO - PALMAS.)

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Nós gostaríamos de convidar para compor a mesa conosco a Cristiana, que é Chefe do CECAV em nível de Brasília, que vai representar, inclusive, o CECAV-Centro de Estudos de Cavernas.

Eu gostaria, antes de iniciarmos a nossa audiência pública, de convidar as crianças da Escola Zeferino Dornelles Costa, que irão aqui apresentar o Hino do Município de Nobres.

Por favor, venham a frente, ou na escada, para que possam filmar.

Peço as autoridades que fiquem de lado, para que as crianças possam fazer a apresentação.

(EXECUÇÃO DO HINO DE NOBRES - PALMAS.)

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Muito bem!

Convidamos novamente as autoridades para comporem a mesa.

Eu vou aproveitar aqui para abrir a nossa audiência pública. Nós estamos com o Plano Emergencial para Gerenciamento do Parque Estadual Gruta da Lagoa Azul, que é o objetivo do nosso debate.

Para iniciar, eu vou ler aqui a contextualização sobre o Parque, para que a nossa comunidade possa acompanhar.

“O Parque Estadual Gruta da Lagoa Azul foi criado em 09 de junho de 2000, através do [Decreto](#) nº 1.472, e posteriormente através da [Lei nº 7.369](#), de [20 de dezembro](#) de [2000](#). Abrange uma área de, aproximadamente, 12.512,56 [hectares](#), da Reserva Técnica do Projeto de Assentamento Coqueiral Quebó, desenvolvido pelo INCRA.

A criação do Parque veio ao encontro de uma reivindicação da população do Município de Nobres da necessidade da proteção da área do entorno da Gruta da Lagoa Azul.

A área do Parque é formada por um conjunto de serras areníticas e calcárias da porção médio norte da província serrana Paraguai–Araguaia, apresentando uma grande expressividade quanto as belezas cênicas, sendo considerada uma das feições geomorfológicas mais belas do Brasil. Apresenta um ambiente cárstico, calcário, com presença de várias cavernas e grutas de grande importância para o conhecimento geológico, biológico e pré-histórico, destacando-se a Gruta da Lagoa Azul que empresta seu nome ao Parque.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

A Gruta da Lagoa Azul sempre apresentou o uso antrópico, ultrapassando a colonização européia, iniciando com os indígenas locais. A região era domínio territorial dos Índios Bororo, sendo o uso das cavernas místico e religioso.

Em 1993, através de levantamentos arqueológicos, foram identificados vários elementos esqueléticos. Após o povoamento indígena, a região foi colonizada pelos descendentes de europeus, através do sistema de Sesmarias, proporcionando uma vasta área para apenas um proprietário.

A Gruta da Lagoa Azul é conhecida pela população moradora das Sesmarias como local de caçada e de respeito pelas crenças místicas das grutas, provavelmente, herdada dos descendentes de índios. Alguns moradores antigos descrevem na história oral contato com as populações indígenas locais.

Assim, durante os anos 90, passou a ser conhecida como área de lazer, apresentando alto índice de visitação, o que ocasionou uma rápida depredação com impactos ambientais visíveis, recuperáveis a curto e médio prazo.

A conservação da Gruta da Lagoa Azul não depende apenas da conservação dessa caverna. A conservação do seu entorno e, principalmente, da complexa rede hídrica são fundamentais para sua conservação.”

Então, nós contextualizamos, até porque este é um dos temas presentes aqui na comunidade. Nós vimos recebendo várias visitas no nosso gabinete. Eu já estive, inclusive, em várias reuniões, não só aqui no local, mas também com o Secretário de Governo, sobre a reabertura dessa Gruta para visitação e até dela servir de espaço para a comunidade de agregação de valores, inclusive, de ponto turístico, já que nós temos a Comunidade Bom Jardim, a Gleba Coqueiral Quebó, onde moram pessoas que hoje sobrevivem do seu pedacinho de terra para pequenas produções, mas que podem agregar isso também a visitação de turistas e com isso agregar empregos, gerar emprego na comunidade, etc.

Como essa questão já vem há um tempo, o parque existe praticamente desde 2000 - depois nós vamos ter um momento em que a Secretaria Estadual de Meio Ambiente vai se colocar, o próprio IBAMA e a Secretaria de Turismo -, a nossa inquietação e também de muitas pessoas da comunidade é que fica lá praticamente fechado, sem que possamos usar esse bem a favor da população que mora aqui na região. E, na verdade, ficando fechado, ocorrem as depredações ou mesmo impede que hajam as visitas. Isso acaba não sendo um bem que seja agregado aqui na nossa comunidade.

Então, que a nossa comunidade possa ter nessa referência, pela própria história que eu acabei de ler, um bem a favor da população que mora aqui em todo seu entorno.

O objetivo da nossa audiência pública, hoje, é ouvir aqui as instituições. Nós vamos ouvir o IBAMA, a Secretaria Estadual de Meio Ambiente, a Secretaria Estadual de Turismo e a comunidade. Nós vamos ouvir a comunidade para saber dela qual a expectativa que ela tem da reabertura dessa gruta, o que isso representa hoje para a comunidade. Nós queremos sair, hoje, desta audiência pública com encaminhamentos, para que nós possamos sair dessa situação de anonimato ou mesmo de indefinições e muitas vezes até de clandestinidade. Já que é um bem da natureza, nós temos que trabalhar a sua conservação, a sua sustentabilidade, mas não podemos ficar nessa dúvida constante, já que há anos se aguarda. Já houve momentos em que ela foi aberta, depois acabou sendo fechada, mas existe toda uma normatização, toda uma legislação nacional para nós termos as cavernas visitadas. Por que nós não podemos fazer da Gruta Azul também um espaço em que haja visitação, fazendo dela um produto de agregação de valores, de renda a essa comunidade?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE
CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE
MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Então, o nosso objetivo aqui hoje é abrir esse debate, fazer essa discussão com a comunidade, já que nós temos também aqui o Prefeito, a Câmara de Vereadores e, na verdade, acelerar. Nós queremos sair daqui hoje com cronogramas, com datas, com uma agenda toda de trabalho para que a nossa caverna, realmente, seja aberta para visitação, tudo dentro da legalidade, dentro da sua sustentabilidade, porque existem legislações neste País que já colocam como podemos utilizar. Nós temos que fazer aquilo que a Ministra Marina fala. A Ministra Marina sempre diz: “Nós não podemos dizer ‘não pode’; nós temos que dizer como se pode usar.”

Então, eu agradeço muito a presença de todos e todas!

Nós vamos abrir nossa audiência pública, passando a palavra ao Dr. Paulo, Superintendente do IBAMA. São representantes do IBAMA o Paulo e a Cristiana.

Muito obrigada.

O SR. PAULO MAYER - Meu boa-tarde a todos e a todas!

Deputada Verinha Araújo, gostaria de saudá-la, bem como o Prefeito que é o nosso anfitrião. E em nome dos dois saúdo os componentes da mesa.

Quero dizer que é uma satisfação. E já estamos saindo no lucro daqui, porque demos uma rápida passada hoje, pela manhã, na região do parque, um parque estadual lindo, por sinal, bem como a região do entorno ali também. E depois dessas apresentações aqui, eu tenho certeza de que o futuro de Nobres está garantido, Prefeito. Os representantes aqui da comunidade não tenham a menor dúvida de que, se estamos com problemas hoje, vamos ter menos problemas no futuro.

No final do ano passado, pela primeira vez, numa provocação da Deputada na Assembléia Legislativa, nós nos debruçamos sobre este tema. Eu digo nos debruçamos sobre este tema, porque eu cheguei ao Estado de Mato Grosso em agosto. Vínhamos realizando uma série de tarefas, mas esse tema mais próprio aqui da caverna em Nobres, eu, pessoalmente, passei a tratar a partir daquele momento. É obvio que dentro do IBAMA a nossa equipe já vinha, há bastante tempo, tratando disso. A maior parte de vocês, com certeza, conhece a nossa equipe aqui do Estado de Mato Grosso. Então, passamos a fazer tratativas com o Governo do Estado, num empenho absoluto tanto da Secretaria de Turismo quanto da Secretaria de Meio Ambiente, no sentido de que pudéssemos identificar aqueles estudos, aqueles cuidados que ainda são necessários para que seja possível a utilização daquela área, mas utilização de forma sustentável, ou seja, garantindo os devidos cuidados para que seja conservada a área e para que continue sendo uma beleza e um atrativo para esta região.

Na última sexta-feira, eu não sabia, foi aniversário da criação do Parque Estadual. Nós realizamos uma reunião lá no IBAMA com a Secretaria de Meio Ambiente e com a Secretaria de Turismo do Estado, em que entregamos um termo de referência, um conjunto de necessidades ainda de esforços aqui nesta região, para que possamos ter a liberação da área para visitação. Fica muito claro que na nossa relação o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, é o empreendedor. É uma gruta, uma caverna que está dentro de uma unidade de conservação, e é responsabilidade do Governo do Estado a gestão dessa área.

Nos cabe, enquanto IBAMA, e ao centro especializado - logo em seguida eu vou passar a palavra a Cristiana, que está conosco desde quinta-feira, olhando vários aspectos aqui no Estado de Mato Grosso, mas centralmente essa questão aqui de Nobres... Mas aqueles esforços que nós entendemos que têm de ser realizados no próximo período, vão nos dar uma certa tranquilidade do uso sustentável dessa região.

Queria agradecer a acolhida. Desde que chegamos aqui o Prefeito está nos acompanhando e um conjunto de pessoas está nos auxiliando na visitação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE
CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE
MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

De novo, dizer que saio daqui, principalmente depois das apresentações dos jovens aqui da escola, com a certeza de que o futuro desta região está garantido (PALMAS).

Vou passar de imediato aqui. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Pode. Eu já passo a palavra para a Cristiana. Só vou citar a presença aqui do Geraldo Lúcio, Coordenador do Projeto FIDTUR; da Maria Sidney Modesto, Secretária Municipal de Saúde de Nobres; do José Gimenes, Secretário Municipal de Obras de Nobres; do Jorge Rodrigues de Souza, Secretário Municipal de Finanças; da Sandra Aparecida Nonato, Diretora da Escola Municipal Zeferino Dornelles; do Cajar Nardes, Superintendente da Educação Ambiental; do Cendi Ribas, do Núcleo de Licenciamento do IBAMA; do José Guilherme, do CECAV Bom Mato Grosso; do Mauro Gomes, do Núcleo de Licenciamento do IBAMA; do César Soares, do Núcleo Fauna e Recursos Pesqueiros do IBAMA; da Tânia Auxiliadora Oliveira, Coordenadora da Escola Municipal Zeferino Dornelles; da Pedrolina Corrêa, Secretária da Escola Municipal Zeferino Dornelles; da Domingas Pereira, Assessora Pedagógica do Município de Nobres; do João Luiz Spies, Agente de Viagem; do Munir Nazer, Agente de Turismo; e do Vicente Aurélio da Silva Campos, Agente de Viagem.

Agradecemos as presenças dos funcionários da Escola Municipal Zeferino Dornelles; dos alunos; da Comunidade do Bom Jardim; dos funcionários da Prefeitura Municipal de Nobres; do Afrânio Araújo, meu companheiro que está presente; da Neiva Romã, da Fazenda Vale do Ouro; e do Clóvis Magedans, Comerciante.

Passo a palavra, a Sr^a Cristiana, do CECAV de Brasília.

A SR^a CRISTIANA - Boa-tarde a todos e cumprimento a mesa.

Vou falar, rapidamente, dois pontos importantes na questão propriamente da gruta. São dois pontos importantes a serem considerados que eu quero colocar para vocês. O primeiro: Por que preservar a gruta? Por que preservar esse patrimônio, não somente a Lagoa Azul, mas todo o patrimônio presente no Estado? O segundo: o que é um plano de manejo? Para que serve um plano de manejo? Para o turismo, toda essa beleza que tem, principalmente a Lagoa Azul, que é um grande atrativo, só vai poder ser explorada, só vai atrair turistas, se estiver conservada, se estiver preservada. Se houver pichações, se começar haver acidentes com turistas, todo esse potencial pode vir a ter um período de vida muito curto.

Então, é interessante toda a preservação, toda a conservação de todo esse patrimônio, porque isso garante o futuro para os filhos, para os netos, porque eles vão poder continuar a explorar esse patrimônio, a ter isso presente, a conhecer e também para a comunidade científica. Existem muitos animais lá dentro, existem muitos bichos que, às vezes, existem só nessa caverna e em nenhum outro lugar do mundo. Existem formações que só existem nessa caverna e em nenhum outro lugar do mundo. Então isso é um grande atrativo. Mas para isso continuar sendo atrativo tem que ser preservado.

O plano de manejo são estudos que vão dizer como o turismo vai poder ser feito, sem afetar essa caverna, de forma que não haja acidentes, minimizando, diminuindo a possibilidade de acidentes dentro de uma gruta. O plano de manejo é que vai dizer por onde a pessoa vai passar e até onde a pessoa pode ir, para não pegar nenhuma doença, porque existem várias doenças em cavernas que não têm cura. Então tem que conhecer bem o ambiente para liberar ao uso turístico.

O CECAV já vem trabalhando. Nós começamos a trabalhar com isso com muita força, desde o ano passado, com a definição de procedimentos, que é unificar os procedimentos para todo mundo, ou seja, o mesmo tipo de demanda, o mesmo tipo de exigência para todos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE
CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE
MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Então no caso de grutas dentro de unidade de conservação, que é o caso da Lagoa Azul, o procedimento adotado foi, se já tinham algum uso, se já tinham algum histórico de uso, que seriam pedidos estudos mínimos para garantir essa segurança. Não seriam os estudos completos da gruta necessário, mas, pelo menos, o mínimo emergencial para que se possa abrir a gruta com segurança, para que vocês possam ter certeza de que essa gruta vai estar lá e vai continuar a ser explorada turisticamente.

A partir daí, você assina um termo de compromisso, algum instrumento que vai com os estudos complementar esses que serão feitos. Isso é um primeiro passo.

A gestão da gruta, uma vez o plano de manejo pronto, é do Estado. Então o Estado vai realmente fazer essa gestão. E isso é importante, porque a gruta é de vocês.

E um outro procedimento é no caso de grutas em propriedade particular. Eu sei que muitas pessoas aqui da comunidade possuem essas cavernas dentro da área particular. Nesses caso, estudos também serão feitos. Terá o mesmo procedimento. A diferença é que ao invés de um termo de compromisso, ou algum outro instrumento, terá uma licença de operação com condicionantes, dizendo como é que vai ser feita a visitação e quais os estudos complementares que vão ser necessários.

Então se tiver alguém da comunidade que tiver alguma gruta dentro de área particular, tem que entrar com um pedido de licença aqui mesmo na Gerência do IBAMA, na Superintendência de Mato Grosso. Para as que já estão em uso, serão pedidos estudos mínimos emergenciais; e para as que ainda não estão em uso nenhum, vai se começar todo um processo de estudo, de demanda, do que vai precisar para poder viabilizar esse turismo. Então foi encaminhado o termo de referência. Esse termo de referência que foi entregue a SEMA é, realmente, com esse estudo, necessário para se abrir a caverna o mais breve possível. São os estudos de segurança, que vão garantir a segurança aos visitantes e a segurança ao patrimônio. Uma vez entregue esses estudos, eles vão ser analisados e já vai começar o processo de abertura da visitação (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agora vamos passar a palavra, ao Secretário Estadual de Meio Ambiente, Sr. Marcos Machado.

O SR. MARCOS MACHADO - Eu gostaria de cumprimentar todas as autoridades presentes, na pessoa da Deputada Verinha Araújo, a qual parabeno pela condução não só desta audiência pública mas do assunto em si, que é o entendimento entre os órgãos ambientais; a Secretaria Estadual de Turismo; e a Prefeitura Municipal, sob a gestão desse importante patrimônio ambiental aqui instalado no Município de Nobres, por obra da natureza e por obra de Deus, sobretudo.

Eu gostaria de saudar toda a população, toda a comunidade de Bom Jardim, de Nobres, em especial, na pessoa do Prefeito Amorim, que sempre vem buscando o melhor caminho para que possamos gerir este assunto e chegarmos a um entendimento que seja bom para o meio ambiente, que seja bom para o turismo, que seja bom para o município e, com certeza, para a comunidade.

É preciso, antes de mais nada, e aqui é o momento oportuno... Eu dizia ao Dr. Paulo Mayer e à Cristiana do CECAV, que acabei de conhecer, que eu já ganhei com a vinda aqui em Nobres, com a rápida conversa que tivemos antes desta audiência pública, num momento em que pudemos expressar que SEMA e IBAMA são parceiros, são órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente que estão acima da vaidade, acima do sentimento, acima da pessoalidade e acima da vontade. Com certeza, não será um, dois ou três servidores descontentes, resistentes, que têm entendimentos distintos e que irão impedir a convergência desses dois órgãos ambientais de Mato

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Grosso. Já foi o tempo em que a Superintendente do IBAMA e o Secretário de Estado de Meio Ambiente discutiam nos jornais. Já foi o tempo em que eles não tinham maturidade para sentar e se entender, definindo, efetivamente, qual era o melhor caminho para o interesse ambiental.

A situação da gruta passou, até hoje, por essas dificuldades, porque não houve homens com o compromisso público e maturidade para juntos encontrar soluções. Mas nós já estamos nesse caminho. E há um compromisso moral, pessoal meu e da minha equipe, de buscarmos, sobretudo, a conversação dentro de um princípio de racionalidade, de um princípio de respeito institucional. Por isso que é importante alguns esclarecimentos a vocês da comunidade, a maior interessada, embora seja interesse de o todo Estado de Mato Grosso e seja interesse também do IBAMA, para que nós não saíamos daqui com dúvidas e, depois, amanhã, com cobranças indevidas.

Dentro de uma unidade de conservação... (VIRADA DE FITA) ...dar acesso ao turista àqueles locais, nós precisamos de autorização, ou como disse aqui a Luciana, de um termo de compromisso, ou de uma aprovação de um plano de manejo.

Eu quero dizer que, efetivamente, depois de um trabalho imenso que a Secretária Yêda Assis e o Prefeito Dalmolin buscaram, verdadeiramente, nós começamos um entendimento em março deste ano, quando o Dr. Paulo Maier encaminhou o processo. Dali nós começamos a identificar o que era necessário para que nós pudéssemos assumir efetivamente o controle da situação e iniciar essa atividade turística aqui em Nobres. Mas na sexta-feira, no dia 09, efetivamente, é que foi entregue o termo de referência que a unidade administrativa do IBAMA responsável pela gestão de grutas e cavernas, que é o CECAV aqui representado, entregou à Secretaria.

Então, eu quero, primeiramente, dizer o seguinte: que esse documento não é simples, que a gente faz de uma hora para a outra, resolve e vê aprovado. É necessário um estudo, formação de uma equipe técnica que vem geólogo, biólogo, engenheiro florestal, até engenheiro civil, para que nós obedecemos àqueles critérios e submetamos novamente ao CECAV para que ele aprove ou não. Então, não é simples, primeira coisa. Segunda, além de todas essas exigências que estão sendo feitas, já há um entendimento, e aí eu vou novamente ressaltar a importância da condução da Deputada Verinha Araújo, a sua iniciativa, que não prejudica avançarmos nessa gestão que é o ideal de todos nós aqui.

Segunda-feira nos deslocamos para Bom Jardim para chegarmos a esse consenso, qual seja, a construção do chamado receptivo ou do CAT, que é o Centro de Atendimento ao Turista que vai me permitir, como gestor da Unidade de Conservação Estadual, a iniciar trilhas, sinalizações educativas, acesso à Unidade de Conservação, inclusive já criando um ambiente de contemplação e de conhecimento da vegetação de todos os aspectos ambientais já podendo atrair o turismo, mas com essa ressalva, ou seja, de não acesso, de não presença ainda até a aprovação do plano de manejo para o acesso à contemplação da gruta e das cavernas.

Então, é importante que se diga que nós estamos paralelamente buscando alternativa já para viabilizar esse acesso à possibilidade de conhecimento da Unidade de Conservação em si. E para isso, há um trabalho da Senadora Serys Marly, do Deputado Ricarte de Freitas, do Prefeito Dalmolin, do Deputado Carlos Abicalil também, me corrige aqui a Yêda, e dela pessoalmente, Yêda Assis, que vem financiar essa estrutura física para que nós possamos ali instalar a estrutura de Governo e do Município para que nós iniciemos os trabalhos, inclusive educativos, de conscientização ambiental e possamos avançar em toda essa preocupação que o CECAV tem de efetivamente monitorar, garantir e fiscalizar a não alteração de grutas e cavernas. Para isso, nós

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

estamos aguardando uma solicitação que a Deputada Verinha Araújo fez, que caberia ao INCRA a destinação, acredito que de um hectare, mais ou menos, Deputada, que foi combinado, um hectare de uma propriedade, de um assentamento, dois hectares, o Prefeito me corrige aqui, que é exatamente ali nas imediações da nascente do rio Salobra. É isso? Rio Salobra? Nós instalaremos ali a unidade administrativa do Estado e do Município e fecharemos todo e qualquer acesso à Unidade de Conservação. A partir de então, ou seja, da inauguração dessa sede, da nomeação de um gerente e de agentes ambientais capacitados e treinados para receber o turista, nós estaremos monitorando, fiscalizando e fazendo uma única entrada em toda Unidade de Conservação. E espero, simultaneamente a isso, que consigamos cumprir os critérios objetivos, ainda que seja mais emergencial e seja provisório dentro até da nomenclatura utilizada no ofício, nós vamos procurar atender...

Eu já peço aqui, Cristiana, não deu para eu solicitar ali, quando nós conversamos, eu lhe peço, você já deu uma abertura, a possibilidade de celebrarmos um termo de compromisso, eu me comprometo a assinar esse termo de compromisso, eu não sei de cabe ao CECAV ou se cabe a própria Superintendência redigir a minuta para alinharmos juntos isso. Mas eu quero crer que nós iremos aderir, até porque eu sempre digo a vocês e quero repetir a toda comunidade, nós não estamos aqui para criar conflito, nós somos agentes públicos, todos nós temos o mesmo dever de cumprimento da legislação, todos temos o mesmo propósito que é atender ao bem-comum. As divergências, as interpretações trucadas precisam ser afinadas e precisam ser decididas dentro de um propósito comum.

Então, eu não vou de maneira nenhuma me opor, questionar, embora se precisar de algum esclarecimento ou até poder minimizar eventualmente algum estudo que já esteja pronto, eu vou solicitar, mas eu peço, podem fazer esse termo de compromisso. Não tenho intenção e já disse à Secretária de Turismo que o ideal, o grande ideal é construirmos primeiro essa estrutura para que nós possamos controlar, monitorar e ali colocar o gerente do Parque, os agentes ambientais para que daí nós possamos ter um turismo organizado, ordenado, que venha a respeitar o meio ambiente, mas sobretudo trazer dividendos ao Município e ao Distrito de Bom Jardim, porque ele será repetido, não adianta atrairmos o turista num dia e nunca mais ele voltar. É uma desordem, uma desorganização, não é nada disso que imaginávamos. É importante que nós vamos criar, com certeza, um ambiente de parceria, mas o poder público tem que estar à frente disso. Então, eu quero crer que enquanto nós não tivermos essa estrutura, Deputada Verinha Araújo, física, construída, embora já exista emenda, a sua boa vontade... Inclusive eu quero dizer o seguinte: precisa cobrar efetivamente a resposta, nós não poderemos aí avançar imediatamente, ou seja, sair desta Audiência e dizer: não, está aberto. Não é esse o propósito desta Audiência, não é esta a intenção da Secretaria. Inclusive eu pedi ao Dr. Paulo e agora a Cristiana, o seguinte: indique o que eu já posso ir fazendo e autorizando porque existe muita procura científica de pesquisa, de filmagem que nós já poderíamos ir conciliando, só que eu quero fazer tudo em cima, efetivamente, de um entendimento. Eu não quero criar divergência, discordância, eu já falei isso várias vezes ao senhor, Dr. Paulo, mas quero aqui repetir para que todos tenham ciência disso, SEMA e IBAMA, por mais que tenha um e outro ainda querendo atrapalhar a vida do meio ambiente, prejudicar gestões, seja federal ou estadual, contrariando, resistindo, há hoje o entendimento, há hoje uma visão macro, uma visão madura, uma visão progressista que vem fazer com que esses órgãos sentem, como hoje nós estamos fazendo, e busquem um rumo só. Ainda que eles em quatro paredes possam criar alguma discussão, mas saiu dali a questão está pacífica e ela vai ser efetivamente desenvolvida.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE
CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE
MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Então, para todos os senhores e senhoras, nós vamos sair daqui, eu e a Secretária de Turismo, vamos tentar cumprir com o termo de referência, devolver ao CECAV para que possa ser analisado, mas paralelamente a isso eu estou assumindo, não hoje, mas já de alguns dias para cá, o monitoramento e a fiscalização do Parque e vamos, a partir de uma união aí, aproveitando emendas federais, o apoio da Secretaria de Turismo, do Município e efetivamente do INCRA, através de um pedido da Deputada Verinha Araújo, começar a construir a estrutura física que será a porta de entrada de todo esse complexo ecológico ambiental que com certeza num espaço breve, eu acredito nisso, em que pese três meses das eleições que vão nos impedir de praticar alguns atos para não dar conotação, sobretudo, eleitoral, tanto o órgão federal como estadual eles têm limitações, restrições, mas com certeza este ano ainda nós teremos aí tempo para conquistar, consolidar esse grande projeto que não é de hoje e não é de amanhã, é para o futuro e com certeza o Estado de Mato Grosso irá ganhar com isso aí.

Eu tenho certeza de que esta Audiência foi muito válida porque permite ou permitiu que nós fixemos e estabeleçamos aí uma diretriz e eu espero ter, por parte do CECAV, essa receptividade de hoje aqui, de nos orientar, de nos ajudar, de nos possibilitar que isso se concretize, porque isso não é interesse só da Secretaria de Meio Ambiente. Todos estão aqui pelo mesmo propósito, a intenção é do Governador, da Secretária de Turismo, do Prefeito e de vocês todos que estão aqui presentes.

Então, eu tenho a agradecer, sobretudo a Deus por essa oportunidade de vir novamente ao local e de alguma forma contribuir para que isso se concretize, porque a administração pública tem muito disso, boas intenções, boas idéias, mas a coisa não acontece. Mas eu creio que, lógico, eu vou repetir, há um tempo para isso, mas hoje nós já temos a definição, ou seja, já há o alvo a ser alcançado. Por isso eu quero parabenizar Vossa Excelência novamente, Deputada, e espero que Vossa Excelência conte comigo e continue me ajudando votando a favor das leis que nós apresentamos lá da SEMA.

Muito obrigado, boa-tarde a todos vocês! (PALMAS)

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agora nós vamos passar a palavra para a nossa Secretária Estadual de Turismo, Dr^a Yêda, que também tem sido uma batalhadora para regularizar o nosso complexo. Ela às vezes fica angustiada também, com certeza, brava, mas é porque ela é uma pessoa muito comprometida com o turismo, ela sabe da importância desse complexo. Por isso que ela, às vezes, fica assim impulsiva, mas com certeza aqui, hoje, ela sairá mais esperançosa. É interessante que nós estamos fazendo esse debate aqui na frente da comunidade, é para todo mundo acompanhar, para todo mundo ajudar a cobrar para que o que está sendo proposto aqui, acordado, vá em frente, mesmo porque esta é uma Audiência Pública da Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso, é uma Audiência que tem validade institucional, está sendo tudo documentado.

Com a palavra, a Secretária Yêda Marly.

A SR^a YÊDA MARLY ASSIS - Eu não sou doutora, eu sou professora e tenho muito orgulho de ser chamada professora.

Eu quero aqui cumprimentar, Deputada Verinha Araújo, e dizer do meu respeito, da minha admiração pela sua coragem, pelo seu trabalho. Como bem Vossa Excelência disse na hora do almoço, Vossa Excelência não veio aqui pedir voto, eu acho que Vossa Excelência veio aqui agradecer os votos que Vossa Excelência já recebeu aqui e buscar minimizar, buscar solucionar a angústia desse povo que acredita e confia em Vossa Excelência.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE
CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE
MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Quero cumprimentar o Paulo e a Cristiana, através de vocês dois cumprimentar toda equipe do IBAMA, cumprimentar o Prefeito, o Presidente da Câmara e através dos senhores, cumprimentar as demais autoridades aqui presentes.

A Vossa Excelência, Marcos Machado, o meu cumprimento e respeito, Vossa Excelência que tem feito um trabalho admirável e que hoje representa a determinação e a vontade que o nosso Governador Blairo Maggi tem de conduzir muito bem este Estado, principalmente dentro da preocupação ambiental e também de melhoria da infra-estrutura, porque quando a gente fala em melhoria, a gente lembra que era muito mais difícil chegar aqui em Nobres, Deputada, e foi o Governador Blairo Maggi que encurtou o caminho e construiu pontes. Eu tenho certeza e ele tem cobrado isso da gente que a gente faça ações efetivas para sair da promessa, do discurso e do papel e parta realmente para a ação e para o resultado. Eu acho que Nobres já viu algum resultado em função disso.

Eu queria, através do Sr. Valdomiro, cumprimentar toda a comunidade aqui do Coqueiral, do Bom Jardim e de Nobres, principalmente vocês, porque vocês é que são os maiores interessados, é que sentem na pele o que os afeta e o que os aflige.

Queria cumprimentar os empresários do *trade* turístico que estou vendo aqui e o Geraldo que é o nosso Assessor da área de turismo rural.

Eu queria tentar resumir o que eu gostaria de falar aqui neste momento, e para falar do que eu vou falar para frente, para que todo mundo me entenda bem, eu queria dizer que eu tenho uma vida de trinta e cinco anos dedicada a Mato Grosso e que é uma vida feita de preocupação ambiental. Então, para justificar o que eu vou falar depois.

Eu vou dar só dois exemplos, Marcos Machado, de duas coisas com que eu me envolvi e que demonstra essa minha preocupação ambiental, esse amor que eu tenho e o respeito que eu tenho pela natureza.

Antes de vir para cá, na minha cidade, que se chama Itapagi, Minas Gerais, que está lá tão distante, porque eu já sou mato-grossense, eu já me transformei em mato-grossense. Eu lutei, aos meus quinze anos, para preservar uma nascente, chamada Lageado, e que hoje, graças a essa luta minha, não isolada, mas de toda uma comunidade, é um lugar de lazer, é um meio ambiente utilizado, aproveitado para o lazer, para o uso do bem da comunidade. Se a gente não tivesse feito isso, hoje seria terra, seria uma nascente morta.

Outro exemplo que eu queria dar, Deputada, é que entre muitas ações, envolvimento que eu tive aqui em Mato Grosso desde que cheguei em Cáceres, uma que sobressaiu foi a luta que Cáceres levantou com relação à Hidrovia Paraguai/Paraná. A minha postura, enquanto pessoa pública, se transformou num artigo, Sr. Marcos, escrito pelo Domingos Sávio, cujo título era: “Opção pela Natureza”, porque eu defendi a preocupação que eu tinha com a questão da navegação do rio Paraguai. Não que eu fosse contra a navegação, a preocupação de que essa lei que rege a navegação fosse cumprida, porque o meu medo era de que realmente as leis não fossem cumpridas. Isso se transformou num artigo. Então, isso demonstrou claramente que eu tenho preocupação ambiental. Eu poderia citar aqui mil outras ações.

Quando eu assumi a Secretaria de Turismo, eu fiz uma preocupação, Paulo, nem me lembro, você ainda não estava lá no IBAMA. Eu convidei o IBAMA, vendo a angústia depois de quatro anos que esse Prefeito aqui vive nos procurando, vive buscando solução para a questão de Nobres, e angustiada com tudo que estava acontecendo aqui, eu achei que não tinha outro jeito senão fazer parcerias, juntar, provocar todo mundo e buscar dar as mãos, abraçar mesmo, dizer a causa é nossa, é do Estado, é do IBAMA, é da SEMA, é da comunidade, é de todo mundo, não é só do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Estado. A gente fez uma provocação, e de lá para cá, várias foram as ações, de lá para cá é que as coisas começaram a acontecer. Algumas coisas a gente tentou cumprir dentro daquilo que a gente determinou que o Estado cumpriria. Nós fomos correndo atrás, treinamos pessoas, aqui tem muitos dos que foram treinados, de quatorze a quarenta anos, e gente daqui da comunidade, gente que mora aqui, que está ali dentro dos atrativos, fizemos essa nossa parte, muitas outras coisas e corremos atrás, fomos buscar cumprir o nosso papel. Então, acendeu-se uma esperança, agora vai, agora as coisas vão acontecer. E principalmente, Paulo, quando mudava alguém dentro de algum grupo, a esperança aumentava, ao invés de diminuir aumentava. O Paulo entrou, eu vou lá, vou conversar com o Paulo que agora vai, agora nós vamos resolver: Paulo, pelo amor de Deus, nos ajude, faça alguma coisa. Assim foi com você, Cristiana, você assumiu, eu acho que não deu nem uma semana, chegou aquela tal Professora Yêda, querendo falar com você: Cristiana, pelo amor de Deus, ajude Nobres. Por favor, ajude Nobres.

Então, cada pessoa que mudava, reacendia esperança, luz dentro da gente de que Nobres iria virar um produto, Nobres iria deixar de ser um simples atrativo, Nobres iria deixar de ser uma simples esperança. Mas o tempo foi passando. A burocracia, morosidade e muitas vezes até por ação isolada, como diz o Marcos Machado, por má vontade, por vaidade, as coisas começaram a demorar e começou a nos angustiar. Nós procuramos, nesses dois anos, fazer ações políticas importantes para as coisas acontecerem, porque um dos entraves que a gente encontrou é que o Governo do Estado não tem dinheiro para resolver tudo, mas nós fomos para Brasília, em nome do Governo, visitamos todos os Deputados, todos os Senadores e pedimos: vocês têm emendas, todos os anos, que vocês colocam na saúde, na educação, na infra-estrutura, podem colocar, mais deixem um pouquinho para o turismo, coloque um pouquinho para o turismo, porque o turismo também ajuda na melhoria de condição de vida das pessoas. E nós conseguimos convencer os Deputados, os Senadores, todos, Marcos Machado, todos, indistintamente, a Bancada de Mato Grosso colocou emenda para o turismo, todos. E nós, além de fazer isso, nós voltamos orientando os Deputados que colocarem emendas: olha, a nossa prioridade é Nobres, nossa prioridade é Barra do Garças, nossa prioridade é Poconé, no Pantanal. Em Nobres, coloca na escadaria, na sinalização, melhora a infra-estrutura do Parque. A gente conseguiu convencer! A gente conseguiu convencer a Senadora Serys, a gente conseguiu convencer os Deputados Carlos Abicalil e Ricarte de Freitas. Faltava a ação política do Ministro. Foi isso que nós fizemos, Sr. Marcos Machado, na última festa do Pantanal, no maior evento turístico do Brasil, lá em São Paulo, nós tivemos uma reunião com o Ministro e convencemos o Ministro de que ele iria fazer uma ação política junto desses Deputados para juntar essas emendas e colocar num grande projeto para Nobres, para a gente resolver essa questão de infra-estrutura de Nobres. E a nossa expectativa é grande, porque se depender da vontade dos Deputados que colocaram emendas, do Ministro, vai começar a acontecer, a gente vai tirar do papel, a gente vai começar a colocar dinheiro na infra-estrutura aqui do complexo, no turismo.

Por que a gente acha, nós do turismo acreditamos que essa é uma atividade que pode mudar a vida das pessoas? Pode mudar a vida das pessoas porque o turismo é a atividade mais essencialmente humana, Sr. Marcos Machado, é a mais essencialmente humana. Primeiro, é atividade que mexe com pessoas, turismo lida com pessoas, lida com o sentimento da gente, lida com o sentimento do turista que chega curioso, cheio de expectativa e lida com o nosso sentimento de orgulho, de prazer, de vaidade, de mostrar o belo que a gente tem, tudo aquilo que a gente tem para oferecer para o turista. É humano porque jamais, por mais que se modernizem as máquinas, vai substituir a mão-de-obra turística por máquina, por robô. Jamais, um guia, um garçom, um taxista, uma cozinheira, um engraxate vai ser substituído por um robô. Por isso é essencialmente humana.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Mas é humana ainda, Sr. Marcos Machado, sabe por quê? Porque para sobreviver, tem que preservar. Tem que preservar o meio ambiente, gente, tem que preservar as grutas, as cavernas, os pássaros, as borboletas, as formigas, as aranhas, as florestas, o turismo depende disso para sobreviver, e nós sabemos que todos nós, Estado, SEDTUR, SEMA, IBAMA, INCRA e a comunidade sabe disso e está preocupada com isso, mas é importante também lembrarmos, Marcos, Prefeito, Deputada, que para o turismo é muito importante também preservar as pessoas, as pessoas que vivem nesse meio ambiente, que dependem desse meio ambiente. Não adianta nada também a gente cuidar com tanto carinho e as pessoas não sobreviverem, morrerem de fome, desesperanças. Então, o turismo precisa conciliar isso, precisa conciliar a preservação do meio ambiente e precisa conciliar como atividade que dê sustentabilidade econômica, social para essas comunidades. Eu considero as comunidades uma das principais, um dos principais fatores que o turismo preserva e valoriza. E é pensando nisso, Marcos Machado, que às vezes, eu vou colocar o final, o meu parecer, a minha angústia e o que eu penso. Eu acho que esses estudos mínimos que são propostos, eu acho que a gente está começando a chegar num consenso, e isso, Marcos Machado, eu vou deixar totalmente depositado em você, porque eu confio no seu bom senso, no seu critério de avaliação e de entendimento disso aí. Eu, pessoalmente, acho que esse plano emergencial nada mais é do que um plano de manejo e a minha angústia, a minha ansiedade que eu sempre revelo para todo mundo, revelei para você, Cristiana; revelei para você, Paulo; revelei para Vossa Excelência, Verinha Araújo; e para Vossa Excelência, Marcos Machado, que nós, daqui a dez anos estejamos aqui, talvez eu não, nem o Marcos Machado, mas alguns estejam aí, de óculos, mais forte ainda, de bengala, discutindo ainda o que vai acontecer com Nobres.

Então, a minha esperança, Marcos Machado, a minha expectativa eu estou depositando agora aqui de que isso não aconteça, de que daqui a cinco anos, daqui a dez anos como há quatro anos, como há dois anos aconteceu, a gente não esteja aqui fazendo a mesma coisa. Mas eu não vou ficar muito desiludida, não vou ficar tão desesperançosa, porque a esperança que move o ser, eu preciso buscar força para acreditar que daqui vai sair uma solução, daqui a gente possa sair com uma coisa bem concreta que a gente possa sair do papel, da promessa, da conversa e, efetivamente, a gente possa fazer alguma coisa para esse povo, porque esse povo merece.

Muito obrigada (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Queremos agradecer a presença do chefe do Departamento de Turismo de Nobres, Sr. Valter Max.

Quero agradecer aqui os servidores da Assembléia Legislativa, que estão fazendo a assessoria desta Audiência Pública e também a minha assessoria que está presente, quero agradecer em nome do Bruno Boaventura.

Usará da palavra, ainda aqui da Mesa, o Vereador Vidal Rodrigues de Souza, que é o Presidente da Câmara Municipal, depois o Prefeito e depois nós vamos abrir para as perguntas para a comunidade.

O Vereador Vidal está com a palavra.

O SR. VIDAL RODRIGUES DE SOUZA - Boa-tarde a todos!

Quero, antes de tudo, cumprimentar a Mesa, cumprimentar o Secretário Marcos Machado, a Secretária Yêda Assis, o Prefeito Flávio, a Deputada Verinha Araújo, o pessoal do CECAV, o Superintendente do IBAMA, o Presidente da Associação, nosso amigo Valdemir, enfim, todos da comunidade. Quero cumprimentar essa gente trabalhadora, essa gente honesta, essa gente, Deputada Verinha Araújo, sobretudo muito esperançosa que apesar dos pesares ainda comparece numa reunião como esta. A gente vê aqui gente de todos os lugares desta região, Campo Verde,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Mangavazinho, gente lá da Coqueiral, enfim, todo mundo aqui presente nesta reunião numa vontade única, que é ouvir de nós autoridades, em especial do pessoal do IBAMA, porque existe hoje uma confusão danada aí. E nós, como representante, os Vereadores da Câmara Municipal de Nobres temos ouvido inúmeras reclamações a respeito disso que está acontecendo.

Eu tinha até conversado com o Prefeito sobre essa situação e o Prefeito falou: “Olha, Vereador, de repente não seria interessante colocar essa situação que está acontecendo hoje com a fiscalização da parte do IBAMA naquela região.” Mas felizmente, eu não diria infelizmente, porque felizmente nós somos representantes e nós devemos ouvir os nossos representados, a gente ouve reclamações e não são poucas a respeito do que está acontecendo.

Eu não quero aqui, gente, eu quero aqui me dirigir ao pessoal do IBAMA, eu não quero aqui rechaçar ou tentar impedir, com as minhas palavras, o trabalho que tem sido desenvolvido pelo IBAMA aqui na nossa região. Nós sabemos que tudo que acontecer com relação à questão do turismo, nós temos que fazer com sustentabilidade. Agora, eu tenho certeza absoluta de que todos vocês já estão enjoados de falar que nós devemos fazer turismo com sustentabilidade. Isso nós ouvimos todos os dias. Nós temos que começar a fazer turismo com sustentabilidade. Eu acho que passou, já chegamos a um limite e nós temos que agradecer essas autoridades que hoje tem um pensamento um pouco mais otimista com relação ao desenvolvimento do turismo aqui na nossa região, haja vista a presença do Secretário de Meio Ambiente Marcos Machado, da Secretária Yêda. Eu tenho certeza absoluta de que a cada dia que passa o turismo de Nobres tem uma tendência um pouco mais próxima de acontecer.

Eu me lembro de um tempo em que a gente falava em turismo em Nobres, as pessoas falavam com deboche, com tom de deboche. Hoje, nós estamos discutindo o turismo de Nobres numa Audiência Pública e parece que jamais foi feita uma Audiência Pública como esta para tratar da questão do turismo. Nós devemos salientar aqui esse trabalho que a Deputada Verinha Araújo tem feito, porque não é à toda, não é todo dia que um Deputado coloca lá para deliberação do Plenário a realização de uma Audiência Pública e a Deputada Verinha Araújo demonstra, com esse Requerimento dela, uma vontade muito grande de resolver esses problemas juntamente com a Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Turismo e o CECAV.

Eu quero aqui levantar um questionamento que eu tenho ouvido de alguns, alguns não, praticamente todos os moradores do Bom Jardim, em especial, da Roda d'Água. Ouve-se muito falar em prisão, apreensão de madeira, algumas poucas madeiras, a gente sabe que aqui não é região que se tira madeira, mas a gente ouve muito falar em apreensão, por exemplo, de madeiras, de caminhão da Prefeitura, prenderam o caminhão porque estava tirando cascalho de um lugar, que há vinte anos, me parece, que estão tirando cascalho desse lugar. Mas eu queria saber e é claro que a nossa preocupação é fazer a coisa com sustentabilidade e fazer a coisa com muita fiscalização, porque se não for fiscalizado amanhã a gente não tem turismo, amanhã a gente não vai ter um ecossistema que possa propiciar um desenvolvimento de turismo na região, mas me parece que há um pouco daquela coisa de dois pesos e duas medidas. Na Roda d'Água, por exemplo, a gente ouve barulho e explosão de dinamite com muita frequência. E a gente, pelo menos, eu como Presidente da Câmara nunca ouvi falar que alguém foi lá e mandou o Sr. Celso Penso fechar a sua calcareira, porque uma explosão de dinamite, por menos freqüente que ela seja... (VIRADA DE FITA) ...sofrendo com aquelas explosões de dinamite, bem aqui, praticamente dentro do nosso parque ecológico. Eu quero ver alguém fechar essa calcareira um dia.

Muito obrigado. (PALMAS)

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra, o prefeito

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Municipal de Nobres, Sr. Flávio Dalmolin.

O SR. FLÁVIO DALMOLIN - Deputada Verinha Araújo, que muito nos honra com a sua presença, trazendo, pela primeira vez na história do Município de Nobres, uma Audiência Pública da Assembléia Legislativa... Minto, eu acho que já houve uma, ali pelos meados de 91, se não me engano, na Câmara Municipal em Nobres. Mas aqui no interior, Deputada, é a primeira, realmente.

Sr. Presidente da Câmara, Vidal Rodrigues; Presidente do IBAMA, Paulo Maia, que finalmente veio conhecer as belezas naturais do nosso município; Sr. Valdenir, Presidente da Associação de Bom Jardim; minha companheira, amiga particular, Secretária Iêda, que tem sido uma batalhadora, uma pessoa que tem realmente preocupado com a questão de Nobres; junto aqui, também, o nosso Secretário da SEMA, Marcos Machado, que é onde encontramos ali, não é, Iêda, um suporte para nos ajudar nessa empreitada que é a questão do turismo aqui do município; lideranças aqui presentes; Secretários de Governo; Presidente de Associações; comunidades do Bom Jardim como um todo aqui.

Mais uma vez nós estamos reunindo todos esses poderes irmanados nessas questões do meio ambiente e do turismo, e hoje com um diferencial, estamos juntos com mais um elemento, que é o principal, que é a comunidade que está presente.

O Assentamento Coqueiral, Bom Jardim, Secretário, começou em 89, onde foram assentadas oitocentas famílias em cinqüenta mil hectares de terra, com lotes de cem hectares, de cinqüenta, nessa faixa etária. A intenção principal sempre foi, como é de praxe de todo assentamento do INCRA, a agricultura de sustentação, famílias que vêm aqui e vão sobreviver do seu sustento, da sua plantação, de sua lavoura, esse é o intuito inicial.

Mas, no decorrer desse período, começou ações dos próprios parceleiros que, sem noção, sem conhecimento da questão de meio ambiente, começaram de repente a se aproximar das nascentes dos rios e, conseqüentemente, da nascente do rio Cuiabá, Cuiabazinho, que é a junção do Cuiabazinho com o Manso que se forma o rio Cuiabá nas proximidades do Município de Nobres, da sede do Município de Nobres. E começaram a se alertar para isso aí. E começamos a descobrir as belezas naturais que tínhamos, até então, escondidas, que ninguém valorizava ou olhava para isso aí. E, praticamente, do ano 2000 para cá é que se criou o Parque Estadual da Lagoa Azul, no dia 19 de junho, se não me engano. Foi criado o Parque Estadual da Lagoa Azul e daí começou realmente a despertar, de uma vez por todas, os interesses.

E quando assumimos o Governo, no dia 1º de janeiro de 2001, após as eleições, evidente, já de imediato, até antes de assumir, no período de transição, eu fui até Bonito, em Mato Grosso do Sul, porque nós já tínhamos uma consciência e acreditávamos, como acredito, firmemente, que o turismo é realmente uma grande fonte de renda e geração de emprego para todo o Município de Nobres.

Eu quero dizer que Nobres, apesar de tudo isso, Secretário, é um município viável hoje. Nós temos lá sete indústrias de calcários, temos uma fábrica de cimento, três fábricas de cal. E, evidentemente que conciliando isso aí com fiscalização, as ações do Governo do Estado com as do município, nós estaremos conciliando ali a geração de emprego e renda junto com a preservação, também, do meio ambiente.

Então, você tem que acompanhar o progresso junto com a natureza, e dá para conciliar isso aí. Dentro do Município de Nobres nós conseguimos fazer isso, e aqui não precisa ser diferente. Esse povo, hoje, precisa e acredita muito na questão da geração de emprego em cima da questão do turismo. Eu, às vezes, fico me perguntando por que isso ainda não aconteceu. Eu estou

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

indo praticamente para o sexto ano de mandato e estamos patinando, patinando, patinando, como disse a Iêda, e praticamente não saímos do lugar. Se eu vou falar com o pessoal do IBAMA, todo mundo quer fazer um turismo sustentável.

Da parte da prefeitura, nós, em momento algum, fizemos alguma ação que viesse contra as leis, tanto de órgãos estaduais como federais, que viesse depredar e denegrir a natureza do nosso município. Nós somos, todos aqui, pessoas responsáveis e conscientes de que precisamos preservar para as futuras e futuras gerações. Ninguém aqui está querendo fazer uma coisa desordenada, ninguém está aqui querendo fazer uma coisa que vá depredar e que vá atrapalhar a natureza para as futuras gerações.

Eu me pergunto, Secretário Marcos Machado, por que não aconteceu isso ainda? Agora há pouco fui interrogado ali: Prefeito, de repente, o senhor está lutando, lutando, se reelegeu, está aí no segundo ano do segundo mandato e a coisa ainda não aconteceu. De repente, o senhor vai entregar isso aqui para o próximo prefeito, o senhor não vai aproveitar! Não vem ao caso, nós queremos que a coisa aconteça. De preferência, que já tivesse acontecido, que já estivesse aqui, nós podendo mostrar todas as nossas belezas para todo o Brasil, para o Estado de Mato Grosso, para o mundo inteiro. A Lagoa Azul não é de ninguém, gente, não é do prefeito, não é do Secretário, não é do Zé Guilherme, não é do Maia, não é da Deputada, não. A Lagoa Azul é um patrimônio natural da humanidade.

Nós temos é que, como disse o Secretário Marcos Machado, ter inteligência, ter boa-vontade e conciliarmos todos esses interesses. Ali temos quatro forças de poderes gerenciando aqui, ali tem o poder público municipal, temos o estadual e temos o federal. E, além do INCRA, o federal através do IBAMA, Secretaria do Ministério de Meio Ambiente e o assentamento do INCRA, que é uma questão que nós temos que resolver e que o Ministro, Deputada, parece que está se empenhando junto com a Secretária Iêda, e que eu ainda não tive uma conversa com ela sobre isso, para que nós possamos resolver realmente a questão fundiária de todo esse povo que está praticamente há quase vinte anos assentados e ainda não tem o seu título na mão, Secretário. É um absurdo isso aí. Temos que resolver essa questão imediatamente, senão nós não vamos conseguir investimento para essa região aqui, não vamos conseguir trazer grandes redes hoteleiras, não vamos conseguir trazer pousada, não vamos conseguir fazer com que o próprio povo daqui, assentado, consiga linhas de crédito para construir sua pousada e fazer daquilo ali uma fonte de renda para sua família para sustentar os seus filhos e netos.

Enfim, nós temos que, realmente, juntos à questão - aí já vem à questão do INCRA - fazer mais uma vez, Presidente, esse *lobby* em função disso aí. Unir as forças de todos para que nós possamos realmente viabilizar isso aí. E o turismo aqui, Deputada, não é só para Bom Jardim. Nós estamos fazendo esta audiência aqui hoje e foram convidadas pessoas da Roda d'água, do Coqueiral, de Água salgada, e todo mundo está na expectativa de viabilizarmos realmente o turismo para toda essa região. E, principalmente, lá no Município de Nobres, que está de certa forma um pouco isolado.

A Secretária Iêda comentou uma coisa, e é uma verdade, foi feita a ponte aqui e eu fiquei entre a cruz e a espada, na época, porque a ponte praticamente ficou muito mais próxima a Cuiabá, já sai no Manso, daqui a cinquenta quilômetros. Você pega asfalto e está dentro de Cuiabá. Então, eu não pude ser nem a favor e nem ser contra no momento da construção da ponte. Mas o Governador veio, são novos caminhos, novos corredores de desenvolvimento e está aí, hoje, atendendo a todos, de um trabalho que o Governador Blairo Maggi fez, esse acesso novo ali e que nós temos que agradecer. Que, no fundo, vai realmente desenvolver, ajudar a desenvolver todo o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Município de Nobres.

Então, nós queremos acreditar piamente que depois desta reunião, Deputada, não vai ser mais uma como temos feito ao longo de praticamente seis anos de administração nossa. Queremos acreditar que nós vamos transformar isso aqui numa realidade. Às vezes, temos momentos que dá uma desanimada mesmo, porque temos que conciliar todos esses interesses, conciliar as vaidades, os orgulhos de cada um, mas nós temos que ter a responsabilidade, temos que ter o compromisso de que aqui tem uma comunidade, tem muita gente esperando isso acontecer, esperando isso concretizar e se transformar numa geração de emprego e numa fonte de renda para muitas e muitas famílias. E, com certeza, muitas outras virão para que nós possamos, juntos com todo o Estado de Mato Grosso, estar conscientizando de que tem que descentralizar a economia deste Estado. Hoje, o próprio Governador já é ciente disso. Não podemos ficar somente dependente do agronegócio, nós temos que achar novas formas de geração de renda, de geração de emprego para este Estado. E o turismo, com certeza, é uma delas. E falo aqui, agora, não só como prefeito do Município de Nobres, mas também como Presidente da AMPTUR, que é a Associação dos Municípios com Potencial Turístico do Estado de Mato Grosso, onde nós temos setenta e três municípios cadastrados.

O Estado de Mato Grosso tem um potencial enorme para explorar, e nós temos que trabalhar em cima disso aí. E, é claro, que de uma forma, Paulo, coordenada, respeitando a natureza, mas todos têm que se ajudar para sairmos desse marasmo, sairmos desse atoleiro e que possamos viabilizar e transformar isso aí em realidade para ajudar o Estado de Mato Grosso.

Sabemos da importância do órgão, que é o IBAMA, a responsabilidade que esse órgão tem não só aqui no Estado de Mato Grosso, mas no Brasil inteiro. Sabemos que ele gera ali o futuro da humanidade. O Brasil, hoje, é o pulmão do mundo, a Amazônia, enfim, sabemos que ali realmente as pessoas têm que estar preparadas para desenvolver ações pensando muito além do que a própria visão que nós temos aqui. Mas nós precisamos realmente nos ajudar e fazer com que isso se transforme em realidade.

Dentro de uma linha de encaminhamento do IBAMA, eu quero citar o exemplo que o vereador deu agora há pouco, não iríamos tocar no assunto, mas passamos por isso. Agora há pouco eu consegui um convênio, Secretária Iêda, com o Governo do Estado, onde estamos fazendo estradas dentro de assentamento. E assentamento do INCRA é responsabilidade do Governo Federal. Através do INCRA é difícil conseguir alguma ajuda lá. A prefeitura está trabalhando ações na área da saúde, na área de educação, estradas, enfim, conseguimos um convênio, estávamos fazendo estradas e tem uma cascalheira, que o vereador citou, no meio das serras, que há vinte anos tira cascalho e nunca deu problemas. Aí o Órgão veio... O que nós precisamos? De mais ações orientativas do que punitivas aqui. Fomos lá hoje, eu tinha cedido para a empresa uma pá carregadeira, porque tinha quebrado a deles, para retirar o cascalho, chegaram e simplesmente apreenderam todo equipamento e nós tivemos que parar as ações. Ficaram apreendidos! Tudo bem! Mas que nos dessem uma orientação: Olha, pára, não mexam mais nessa cascalheira, vamos fazer um outro tipo de atividade e vamos fazer... E vamos legalizar. Nós estamos com quatro caminhões parados, uma pá carregadeira fazendo serviço só de patrolamento, agora. Quer dizer, inviabilizou, estamos mais de mês parado em relação a isso.

Então, nós só pedimos para sermos mais parceiros, para termos um contado mais direto, comunicarmos mais para que esse tipo de coisa não venha acontecer.

A partir do momento que me orientassem: Prefeito, mudou a legislação, precisa tirar licença da cascalheira! Nós não vamos pedir, nunca se pediu, não me lembro se é recente isso

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

aí, acredito que não, mas nunca pediu. Então, que pedissem. Nós, realmente, Presidente, retiráramos o time de campo, legalizáramos e voltáramos à ação. Estamos tendo prejuízo. Eu estou com a pá carregadeira parada, não posso trabalhar em outras áreas, a empresa que terceirizou está com os caminhões parados.

Mas, enfim, são problemas que eu quero passar para que tenhamos mais diálogo e fazer com que as coisas funcionem com mais união entre os poderes que estão gerando entre os assentamentos.

Nós temos a questão do Ministro Walfrido dos Mares Guia, ele esteve em Cuiabá acerca de dois meses atrás e nós massificamos muito essa questão de Nobres com ele, eu, o Vicente, a Iêda e toda a equipe. Ele, em várias oportunidades que teve aqui em Cuiabá, em discurso e em entrevista, falou de Nobres. Ele se conscientizou da necessidade que é isso aqui. Estou sentindo nele, Deputada, uma vontade grande de ajudar a desenvolver isso aqui mesmo.

Então, eu estou acreditando muito nesse trabalho. A Secretária Iêda vai me passar mais detalhes sobre esses recursos que foram prometidos pelo Ministro. Vejam bem, não é, Secretária, que foram prometidos, ainda não foi concretizado. Ele vai destinar não sei de que forma a emenda Parlamentar e não sei quando. Vou sentar com ela, quero ver qual o direcionamento disso aí e, com certeza, deveremos ir a Brasília correr atrás. Mas é para o turismo. Se vier esse valor aqui, nós realmente vamos poder alavancar, fazer um plano de manejo decente, montar a estrutura que precisa para que possamos desenrolar o turismo aí.

Então, eu quero agradecer realmente a todos que estão aqui, através da Deputada Verinha Araújo, que tem dado esse apoio, e os Secretários. E quero agradecer também a Serys, o Ricarte de Freitas e o Abicalil, que estão engajados nesse processo. Nós queremos contar, mais uma vez, acreditar, renovar nossas esperanças de que a coisa de agora para frente vai realmente começar acontecer. E, para isso, nós vamos precisar da ajuda de todos vocês aqui juntos, para conseguir isso daí.

Desejar que amanhã o nosso Brasil realmente ganhe, saia já vitorioso. E a todos os enamorados eternos, hoje, 12 de junho, parabéns a todos. Muito obrigado. (PALMAS)

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) – Obrigada, Prefeito.

Quero anunciar que está conosco, acompanhando esta Audiência Pública, que tem como tema a questão da caverna da Lagoa Azul, o Marcos Antonio Rocha e Silva, que é Chefe de Divisão de Técnico de Conflitos Agrários do INCRA, e também o Márcio Amorim Barros, que é assessor da Superintendência do INCRA.

Neste momento nós vamos abrir inscrições para a comunidade. Já temos quatro pessoas inscritas. Vamos começar pelo Sr. Waldemir, nosso companheiro que ofereceu um gostoso almoço lá no seu empreendimento comercial; e depois vai falar o Sr. Joaquim Pereira.

O SR. WALDEMIR - Senhores moradores da nossa comunidade, meu boa-tarde; autoridades da Mesa, boa-tarde!

Eu quero agradecer, em nome da Deputada Verinha Araújo, porque isto é um fato inédito que está ocorrendo hoje, como o nosso prefeito colocou, na história de Nobres. E nós estamos tendo o privilégio de receber esse fórum de uma Audiência Pública contestada aqui no Bom Jardim.

Em nome da comunidade que me pediu para representá-los, quero agradecer também os nossos mestres da educação, que são os nossos professores municipais e estaduais, que provaram que o futuro de Nobres está em nossas crianças. Eles não medem esforços para que as nossas crianças possam alavancar (PALMAS).

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE
CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE
MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

E quero pedir para o nosso Secretário que, assim que a documentação sobre o ecoturismo estiver pronta, que ele nos oriente também, porque até comercialmente nós não temos orientação de ninguém. Ninguém sabe como fazer e como não fazer. Depois, por exemplo, a documentação lá está aberta, mas nós não sabemos como conduzir. Então, é preciso que alguém venha nos orientar. E o senhor, como carro-chefe da SEMA, contamos com todo apoio que o senhor já demonstrou em nos ajudar.

Então, eu conto com o senhor, porque com a Deputada estou sempre lá pedindo alguma coisa para o prefeito, para o nosso amigo Vidal. Eu sempre estou pedindo alguma melhoria para a nossa comunidade. É isso que eu preciso, que o pessoal venha nos orientar para não fazermos alguma coisa errada, para depois sermos notificados: Não, você está multado porque fez isso. Gente, as crianças deram prova de cidadania, elas estão aprendendo na escola. E nós queremos aprender com alguém que saiba mais do que nós.

Eram essas as minhas palavras, era isso que eu quero colocar. Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - O Sr. Joaquim Pereira. Depois o Vicente Campos. Cadê o Sr. Joaquim?

O SR. JOAQUIM PEREIRA - Boa-tarde a todos.

Doutor, eu quero fazer uma pergunta para o senhor. Eu pergunto para um, fala uma coisa e pergunto para outro, fala outra coisa. Então, eu estou tendo a oportunidade de perguntar a vocês.

Eu sou morador do Bom Jardim, morro aqui pertinho da Vila, estou há três meses desempregado, morando aqui agora e preciso fazer uma rocinha pequenininha, dois hectares só.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Vamos usar só este microfone aqui, que fica melhor.

O Sr. Joaquim mora aqui na comunidade, tem um lote, não é isso, Sr. Joaquim? Ele quer saber como fazer para produzir uma roça. Estão dizendo para o senhor que não pode? O senhor quer plantar o quê?

O SR. JOAQUIM PEREIRA - Uma banana, uma cana, um arroz, mandioca, essas coisas de comer. Eu pergunto para um e fala que não pode, pergunto para outro e fala que não pode.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - E o senhor tem os produtos para plantar? O senhor quer plantar? Então, vai responder depois.

Estão perguntando se o senhor está na beira de nascente, beira de rio. O senhor foi multado, foi fiscalizado, alguma coisa? E quem que falou para o senhor? O senhor está dentro do parque? Sua área é dentro do parque, aqui pertinho? O Senhor quer desmatar lá para poder plantar?

O SR. JOAQUIM PEREIRA - É, dois hectares só.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - É, ele quer plantar, precisa abrir, tem que desmatar. Ele quer orientação de como pode fazer isso. Só que estão dizendo para ele que não pode. É aquela coisa, mas não diz como pode. Então, depois o Secretário vai responder para ele.

Tem mais pessoas que estão na mesma situação do Sr. Joaquim? Levanta a mão quem quer plantar aqui e estão falando que não pode. Está bom. Então, vamos responder a pergunta dele, todo o procedimento e responder para todo mundo.

Então, o senhor aguarda ali, Sr. Joaquim, que já vamos responder.

O Sr. Vicente Campos está inscrito. Tem mais alguém que quer falar? Ana quer falar? Eu a vi pedindo a palavra. Atrás de você, também.

Sr. Vicente, é o senhor agora.

O SR. VICENTE CAMPOS - Boa-tarde a todos.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE
CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE
MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Em primeiro lugar, Deputada Verinha Araújo, agradecer também essa oportunidade de nós da comunidade termos essa única oportunidade de discutirmos a questão de Nobres nesta audiência pública. Obrigado por liderar essa discussão.

Bem, minha palavra é a respeito do que a Iêda, nossa Secretária de Turismo, e o nosso prefeito colocou, no sentido de já discutirmos um assunto deliberado, a questão da reabertura da Lagoa Azul com segurança, com plano de manejo, com acordo. E, passados os anos, onde todos os atores foram envolvidos, o IBAMA, o INCRA, o Governo Municipal e alguns representantes da comunidade, principalmente algumas Lideranças da comunidade, e até hoje isso pouco se caminhou. Então, realmente, essa é a indignação nossa no sentido de que realmente Mato Grosso, pela grande quantidade de belezas naturais que tem, e Nobres realmente é o potencial com mais primor que existe.

Então, isso realmente nos deixa, como operador de turismo em Mato Grosso, um passo a menos do que o nosso principal concorrente, Mato Grosso do Sul, onde tem um produto de tal beleza quanto a de Nobres, que é Bonito. É claro que lembrando que todo esse processo é feito com responsabilidade, com estudo e tudo o mais, onde o agente de viagem leva os turistas em uma unidade de conservação acompanhados com guias treinados pela Secretaria de Turismo ou pela Secretaria do Meio Ambiente, que realmente pode estar responsabilizando essa entrada dentro de uma unidade de conservação. Mas, como bem eles já disseram, essa é a nossa preocupação.

Eu quero deixar uma... Na segunda-feira, a nossa Ministra Marina da Silva, que realmente é uma competência muito grande, na hora que houve aquela invasão no Congresso, ela estava indo para o Congresso para participar de um debate, para a criação de uma lei semelhante à Lei Rouanet para os pequenos empresários que trabalham em lugares de meio ambiente, em lugares frágeis, que realmente trabalham com a sustentabilidade, tanto na questão ambiental, social e cultural.

Então, eu quero dizer que o agente de viagem, quando ele é direcionado, quando ele é discutido, realmente ele preserva tanto o ambiente como as pessoas que ali moram.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - A Sr^a Neiva Romã, da Fazenda Vale do Ouro.

A SR^a NEIVA ROMÃ - Para quem não me conhece, eu sou a proprietária da Fazenda Vale do Ouro. Faço divisa... Porque eu nunca vim até aqui. Mas eu faço dez quilômetros de divisa com o Coqueiral, que pertence a estrada Trivelato, e venho até o Coqueiral, onde tem o duto que vem até essas cavernas.

Eu vim aqui para ouvir, porque tinha uma reunião, não sabia do que se tratava direito, ouvi falar que era sobre cavernas. Eu vim para ouvir. Mas, ouvindo uma frase assim: não pode como pode... Bom, numa ocasião, o Zé Guilherme e algumas pessoas foram na minha fazenda para ver algumas cavernas, uns lugares lindos, onde tem uma mata atlântica muito linda, tem variedades de bichos. Eu mesma fico impressionada quando vou lá porque é realmente muito linda a natureza. Eu fiz o seguinte, e disse: Não, não pode - eu fiquei meio com medo, na época -, não pode e acabou, na minha área ninguém entra e fim de papo.

Mas, como pode? E aí aqui eu ouvi muita coisa, como pode, tem como analisar, ver direitinho, não tem problema nenhum. E aí é o que eu estou expondo sobre a minha curiosidade. Eu até estava pensando em abrir estradas para tirar fotos, porque vejo que é lindo demais. Pretendo levar as pessoas que conhecem o perigo, como a senhora falou, para analisar. Se dá para as pessoas irem lá olhar ou não as cavernas. Eu vou deixar o endereço, todinho. Mais para frente nós vamos ver isso daí.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE
CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE
MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Agora, Dona Iêda fez com que eu falasse, porque eu não ia falar. (PALMAS). Porque é um problema bastante complicado para mim, mas como eu não tenho medo da verdade e acho que quando têm que ser feitas as coisas, tem a hora certa e faço. Eu já fui na SEMA, já dei queixa, já levei fotos que tirei. A senhora disse que faz trinta anos que preserva água, eu tenho apenas treze que estou dentro de minha propriedade preservando umas cinco nascentes que correm para o Coqueiral, que é o Quebó, Cachoeira Rica, Cerquinha, fora outras águas doces que entram nessas águas. Tomo água lá no mato, tomo com prazer, que é melhor que água da cidade.

As crianças, os animais, todos tomam água daqui para baixo; do Coqueiral, todos pegam água na minha terra. Eu cuido lá em cima. Só que um abençoado teve a coragem, para me provocar, de derrubar a mata da cabeceira do Cerquinha. Cerquinha é um córrego que desce aqui do Coqueiral e passa do outro lado da estrada e vai cair no outro rio. Eu tive que ficar quieta uns tempinhos. Derrubou e estava com um probleminha em cima. Graças a Deus, hoje, eu tenho condições de pedir a sua ajuda, Dona Iêda, para resolver esse problema e fazer os criminosos replantarem as árvores. Eu quero estar junto vendo-os plantar... (PALMAS). Porque, olha, vocês são conhecedores do quanto demora uma árvore para ficar assim, ficar com vinte centímetros acima. Nós plantamos uma mudinha desse tamanho para ficar grande, para termos a madeira, a água.

Então, essas madeiras estavam formando a cabeceira do córrego Cerquinha. Isso é um crime. Eu pensei em fazer com as mãos a vingança, mas como eu tenho as autoridades aqui... Hoje, eu ia descer a Cuiabá, mas por causa da reunião acabei ficando, porque eu ia lá novamente. Pediram-me uns quinze dias para a SEMA vir. A SEMA passa na minha frente com outros problemas para resolver e ainda não parou ali, porque dá para perceber pela estrada. O crime das árvores derrubadas secando a nascente. Eu não agüento... Não, o nome do cidadão eu... Não foi ele que derrubou, deve ter sido os empregados. Eu estava com um problema, com uma questão com Maurozinho Anísio do Prado, que são lá de Cuiabá, que são valentes diante de uma pessoa sozinha como eu, e fiquei quieta até chegar a hora. Mas eu preservo a natureza, a criação, os bichos. Quantas brigas eu já fiz por causa de caçador?

Então, lá na minha terra tem anta, paca, veado, tudo que é bicho e fico preservando, cuidando, mas é uma mulher sozinha perante tantos criminosos. Então, hoje foi a hora, e acho que desci no dia certo para conhecer aqui e encontrar todas as autoridades que estão juntas comigo no mesmo propósito. Eu não vou mais a SEMA porque já estou com a denúncia lá, e só vou aguardar para irmos juntos lá para vocês comprovarem o que eu estou falando. Vou ficar aguardando porque agora eu tenho certeza de que tenho alguém do meu lado. E vocês ficam sabendo como que é. Nunca tenham medo, é crime mesmo, nossos filhos, netos, bisnetos, o mundo precisa de água, os bichos precisam de água, nós vamos morrer sem água.

Então, se um dia acontecer na terra de vocês, denunciem, mesmo porque as autoridades estão aqui prontas para ajudar. Obrigada. (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agora está inscrita Ana Lúcia Dias Pedroso; depois, o Sr. Sabino.

Olha, todas as questões que estão sendo colocadas aqui serão respondidas. Todas! Então, nós estamos pedindo as inscrições, até porque o Secretário Marcos Machado tem uma... (VIRADA DE FITA.)

A SR^a ANA LÚCIA - ...vocês contra outros todos foram muito dinâmicos. É disso que nós precisamos. Eu sou filha daqui. Nascida e criada aqui. É como o Flávio falou, nós precisamos do documento, precisamos do fundiário para que nós possamos trabalhar.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE
CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE
MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Deputada, lembra que eu falei com a senhora do que nós precisamos. O que acontece? Quantas pessoas aqui não têm emprego, não têm como sobreviver, não tem trabalho? Ninguém tem um salário para ganhar. Eu tenho quatro funcionários, porque é uma coisa pequena ainda, e assim outras e, por fim, a escola aqui. Não tem emprego para ninguém sobreviver. E o que acontece? Eu vejo o meu exemplo. Eu tenho duas microempresas instaladas dentro do Bom Jardim. Quando eu chego ao Banco do Brasil que tem um juro baixo, que tem carência, em que se paga um juro baixo, e temos como trabalhar, o que acontece? O Banco pede, Deputada, garantias. E o que eu tenho para oferecer? Nada. Eu consigo? Nada. E não só eu. Eu vejo assim, quantas outras pessoas, aqui da minha comunidade, que têm vontade de trabalhar, montar uma empresa de doce, rede, crochê? E outra coisa: O turista chega aqui e não tem nada para levar. Não tem nada! Não tem infraestrutura, porque ninguém tem dinheiro para montar. Como eu vou construir, se não tenho dinheiro para montar? O que acontece? O turista chega aqui e precisa de pousada, precisa de um bom restaurante, precisa de uma casa de doces, precisa de artesanato, mas ninguém tem como montar. O que acontece? A gente tem que fazer tudo com recurso próprio. E, hoje, nem os grandes empresários conseguem com recursos próprios. Trabalham, sim, com financiamento. Todo empresário tem. Quando chega no Banco, oferecem: “Ana Lúcia, está aqui. Você quer duzentos mil? Tem. Você tem três anos de carência. Você vai pagar 8% ao ano. Agora, eu preciso de garantia”. Que é garantia real. E o que nós temos? Nós não temos.

Então, gente, eu peço a vocês, a todos vocês aqui... Professora Yêda, eu achei a senhora muito dinâmica. Quanto à Deputada Verinha Araújo, desde a primeira vez que a vi, eu falei que a achei uma mulher muito dinâmica. Não foi, Deputada? Eu gostei da sua atitude e do seu jeito.

Então, se vocês querem o melhor para o Bom Jardim, para a Gleba Coqueiral, para a nossa região toda, e não só aqui... Como nós tem gente aqui lá do Marzagão, tem o Presidente ali, tem pessoas de lá. São pessoas que têm como trabalhar, mas não têm recursos, como nós aqui dentro. Nós também precisamos muito. Eu agradeço muito a cada um que puder fazer por nós. Muito obrigada (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Com a palavra o Sr. Sabino dos Anjos.

O SR. SABINO DOS ANJOS - Eu quero que a senhora dê um jeito de eu fazer um pedacinho de roça, porque eu sou pobre, minha esposa é doente, e eu só vivo daquele. Então, eu quero que a senhora dê um jeito para eu fazer.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Sr. Sabino, é o mesmo que o Sr. Joaquim quer. O senhor quer plantar. Quer saber como se tira licença para plantar. É isso? Está bem. O senhor aguarde um pouco que o Secretário vai responder.

Com a palavra, o Sr. Sílvio Mendes.

O SR. SÍLVIO MENDES - Boa-tarde a todos!

Eu quero agradecer a presença das autoridades municipais, estaduais e federais.

Eu queria fazer uma pergunta ao Superintendente do IBAMA, porque eu sou também um produtor aqui. Eu preciso tirar umas lascas para fazer uma cerca, e tenho vários amigos que estão preocupados a respeito disso. Então, eu quero que o senhor faça um esclarecimento para nós a respeito da lasca. Aquelas madeiras secas nós podemos tirar para fazer a cerca? Porque a cerca está caindo, e nós precisamos fazer a cerca.

E para se fazer uma represa? Precisamos sair daqui e ir a Cuiabá tirar licença ou podemos fazer a represa sem licença, não agredindo o meio ambiente? Nós conhecemos as cabeceiras dos rios e sabemos que não pode atingir a água, a preservação.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE
CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE
MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Outra coisa, eu queria falar com o Prefeito, Sr. Flávio, a respeito de uns poços. Eu peguei a cópia de um documento para a Deputada Verinha Araújo e larguei com o seu secretário. Conversei com o Secretário de Agricultura do município, e ele me disse que as máquinas que estavam vindo foram presas também. Eu falei: Estamos lascados desse jeito (RISOS).

Então, eram só essas perguntas. Muito obrigado a todos (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Por último, está inscrito o Sr. Munir. Ficou ainda alguém querendo falar?

Então, com a palavra, o Sr. Munir Nazer, da empresa Naturex.

O SR. MUNIR NAZER - Boa-tarde, senhores!

Eu agradeço a iniciativa da Deputada Verinha Araújo. Ela é louvável. E eu quero fazer uma pergunta ao pessoal do IBAMA e ao pessoal do INCRA: a sociedade brasileira assistiu estarrecida a um noticiário na televisão em que uma criminoso que matou o pai e a mãe dela foi solta, porque se passou o tempo que qualquer cidadão brasileiro fica preso sem que tenha sido julgado. Então, quer dizer, mesmo um criminoso que matou o pai e a mãe, se ele ficou um tempo esperando o julgamento, e esse julgamento, por culpa do Poder Judiciário, não aconteceu, essa pessoa tem direito à liberdade. Eu queria perguntar qual foi o crime que esta comunidade cometeu, que, até hoje, dezessete anos depois de ter iniciado o assentamento, não se tem o título? Eu pergunto: se o Poder Judiciário é obrigado, em um determinado período de tempo, a julgar um criminoso, o INCRA não tem um prazo para resolver a situação das pessoas daqui (PALMAS)? Não deveria ser o INCRA obrigado a ter um prazo para isso, se um criminoso que mata o pai e a mãe pode ter a liberdade?

Esta é a primeira audiência pública, mas nada garante que seja a última. Eu acho que a comunidade aqui não agüenta. Nós, como os empresários do turismo também, não agüentamos mais. Nós viajamos, divulgamos Nobres e quando chegamos: “Ah, tem turista. Mas espere um pouco, porque ainda não está aberto ali.” Até quando nós podemos enrolar as pessoas com isso? Eu pergunto: nós podemos trabalhar num prazo? O IBAMA pode se dignar a dar um prazo para resolver essa questão? Da mesma forma, o INCRA pode se dignar a dar um prazo para resolver o problema de assentamento da comunidade? Muito obrigado (PALMAS).

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Então, nós vamos começar as respostas.

Vicente, você ainda quer falar? É porque já encerramos, mas vou conceder-lhe um minuto.

O SR. VICENTE - Bom, aproveitando o gancho do Munir, e como toda essa comunidade realmente é carente de receita, de tudo, eu gostaria de saber como o INCRA vê a parceria do agente de viagem com um colono, com o qual podemos agregar valores, trazer turista, agregar receita para toda uma comunidade carente.

O que o INCRA, Marcos, o que você, como representante, pode falar para vários colonos que estão aqui que têm atrativos, mas, realmente, não têm condições financeiras, porque não têm títulos para buscar recursos, como a Ana Maria disse? Como podem fazer da sua beleza natural um recurso, um atrativo para trazer turistas, dentro de toda uma responsabilidade?

Outra pergunta, Paulo: Qual é o documento hábil, pois você já percebeu que todos os colonos desta região não têm título, exigido pelo IBAMA de um colono que tem uma caverna, junto com as pesquisas do CECAV e tudo mais, direcionada ao turismo, para que esse colono realmente possa buscar uma documentação, buscar um plano de manejo, um termo de ajuste e conduta para que ele possa levar turistas para visitar ordenadamente, preservando e tudo mais?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Existe um documento do INCRA chamado carta de anuência. Gostaríamos de saber se essa carta de anuência é válida ou não.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Nós vamos começar as respostas pelo Secretário, Dr. Marcos Machado. Ele vai responder as questões que cabem à Secretaria de Estado de Meio Ambiente.

O SR. MARCOS MACHADO - Eu gostaria de, antes de responder, porque as duas estão, na verdade, co-relacionadas, porque não deixa de haver extração, exploração florestal das áreas de assentamento, informar a toda comunidade, sobretudo aos empresários que estão buscando resultados, que é preciso entender o seguinte: o IBAMA e a SEMA celebraram um termo de cooperação que, depois, acabou se tornando lei federal. E desde o dia 03 de janeiro deste ano, nós estamos responsáveis por todo e qualquer licenciamento ambiental, independentemente da área, do tamanho da área. Antes, até 300 hectares cabia ao IBAMA; e acima de trezentos hectares, à extinta FEMA. Hoje, está tudo conosco. A partir deste ano é que o INCRA está buscando o licenciamento dos assentamentos.

Então, o que nós estamos estudando... Inclusive, fica uma deixa para a senhora ganhar mais voto ainda (RISOS). Nós estamos pleiteando na Assembléia Legislativa a edição de uma lei definindo os módulos para licenciamento ambiental simplificado. O que se exigia do senhor, com dois hectares... O custo, com certeza, não vai lhe permitir sequer ir a Cuiabá, como ele bem disse aqui. Mas, até então, até existir essa lei, o que nós estamos fazendo para facilitar a vida de todos vocês, seja para extração da madeira, seja para o uso da área, seja para o desmatamento - o senhor está pretendendo plantar banana, batata e, eventualmente, o milho -, é que haja o licenciamento do assentamento e nesse conjunto de assentados definir exatamente o que cada um pode fazer. O INCRA já encaminhou vários, mas o problema é que, justamente, não temos ainda o georreferenciamento, não temos ainda as documentações todas.

Nós poderíamos aqui nos comprometer - ainda bem que está aqui presente o representante do INCRA - a identificar todos os problemas e colocar em um papel para que possamos diligenciar uma espécie de mutirão e começar a responder individualmente. Porque dar a seguinte resposta: “O senhor pode abrir os dois hectares” é uma irresponsabilidade minha. E falar para outro cidadão: “O senhor pode começar a extrair a madeira e começar a fazer a sua cerca” é outra irresponsabilidade. Porque vocês não estarão isentos de responsabilidade criminal e, ao mesmo tempo, terão o direito, dentro do conjunto de licenciamento, de exercer a atividade produtiva.

Então, da nossa parte de receptionar - e aí eu quero colocar de forma bem clara que o INCRA deve levantar e formalizar - já existe a parceria para todos os assentamentos. Já está acontecendo. Eu não posso...

(PARTICIPANTES MANIFESTAM-SE SIMULTANEAMENTE - INAUDÍVEL).

O SR. MARCOS MACHADO - Exatamente. Porque é responsável pelo assentamento.

Bom, agora, aproveitando a fala, a oportunidade de novamente falar, coloco de forma clara a todos os empresários que nós entendemos as angústias, sobretudo quanto ao que vem acontecendo ao longo do ano. Mas eu quero, de forma bem clara, começar a fixar o meu tempo de responsabilidade. Eu assumi, como representante da SEMA, a gestão, a implantação, no dia 14 de março, quando o Dr. Paulo me mandou o processo. Correto?! E no dia 09, sexta-feira, eu recebi o termo de referência. Então, é lógico que nós pretendemos fazer o mais rápido possível, dentro de um prazo, mas eu gostaria que vocês identificassem bem essas datas para não dizerem: “Olha, tem muito tempo, tem muitos anos, não sei o quê...” Correto?! Então, é importante.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Eu quero que vocês saibam que na Secretaria, acredito que também como no IBAMA, nós estabelecemos uma relação de conduta pública de atender, de receber críticas construtivas e sugestões, ainda que seja para falarmos “não pode”. Porque é certo que, dentro do contexto, nós estamos buscando como pode, que é um lema, inclusive bem lembrado aqui pela Deputada Verinha Araújo, da Ministra Marina Silva.

Com relação ao crime ambiental que eu anotei, e pedi para um dos meus assessores buscar mais levantamentos, da Dona Neiva, a senhora pode ter certeza, infelizmente no dia 15 será feriado e no dia 16 será ponto facultativo, de que amanhã mesmo eu levantarei a sua reclamação. E quero crer que na semana que vem a senhora, com certeza, já receberá a minha equipe para orientar onde é exatamente o local.

Com relação à explosão, eu pedi para o Vereador nos dar mais elementos e, inclusive, formalizar isso, porque nem eu nem o Dr. Paulo identificamos pessoas. Nós identificamos fatos, e pelos fatos é que nós procuramos responsabilizar as pessoas.

Então, nós precisamos exatamente que essa denúncia chegue a nós. Ainda que o senhor não queira se identificar, mas o senhor já foi até filmado aqui, nós precisamos exatamente do tempo e do local em que está sendo praticada a explosão.

Agora, é importante também lembrar a todos da comunidade que os empreendimentos que são de décadas, aqui em Nobres, inclusive está no próprio hino, eu prestei bem atenção nisso, estão todos licenciados. E há autorização de lei ou legal para que isso aconteça. Agora, abusos, excessos, nós estamos sujeitos a inspecionar, a diligenciar. Inclusive, foi muito oportuno, porque tanto nós da SEMA como o IBAMA temos competência para atuar na atividade mineradora. Então, eu já mandei um bilhete para o Dr. Paulo. Caso ele deseje, nós poderemos fazer uma varredura juntos, com um planejamento para que aí nós possamos atender essa angústia, o anseio e, ao final, dizer: “Olha, esse empreendedor está correto, mas aquele não”, dando a tranquilidade que todos vocês desejam.

Eu gostaria de me despedir... Pois não.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Desculpe-me.

É somente uma pergunta, Secretário, que estava aqui nos meus documentos.

A SEMA está com a responsabilidade de organizar o plano de manejo da caverna da Lagoa Azul. E tem outra questão, que é o plano de manejo do Parque. São duas coisas separadas. Então, eu gostaria que o senhor me respondesse, em relação ao Parque Estadual, o que está sendo encaminhado junto com o plano de manejo da gruta.

O SR. MARCOS MACHADO - Quanto ao plano de manejo, nós temos um financiamento do Ministério do Meio Ambiente para torná-lo real para a atividade ecológica, o ecoturismo.

O que nós estamos aqui a resolver é o termo de referência, que eu pretendo atender, me inteirar e solicitar ou firmar o termo de compromisso que a Cristiana já deixou identificado como documento. Agora, já pode até minutar, Cristiana. Ainda que eu não lhe entregue os estudos, já poderia deixar, mais ou menos, pronto para que ganhemos tempo com isso.

Agora, o plano de manejo do Parque já está licitado, e em julho iniciam-se os trabalhos. Eles não se confundem, mas se agregam. Ao final, nós teremos a certeza de como poder explorar o ecoturismo no Parque e, num segundo momento, com acesso às grutas e às cavernas.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu só queria deixar uma sugestão ao senhor, que está assumindo essas duas ações, que são interligadas. Que posteriormente, e me parece que isso já está no planejamento, haja uma ação conjunta com o turismo, e poderia incluir

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

naquilo que cabe ao IBAMA, de uma oficina aqui, na comunidade, para que possa receber todas as orientações advindas desses dois planos de manejo. Isso posteriormente. Como se pode usar? Como se pode trabalhar? Porque esse plano de manejo é para ela. E, então, ela terá que receber essas informações.

O SR. MARCOS MACHADO - Com o plano de manejo do Parque eu me comprometo, porque cabe a mim, ao final, fazer uma exposição e explicação. Com relação ao plano de manejo da gruta, eu dependo da aprovação do Termo de Referência. Quanto a esse eu não vou fazer o compromisso, porque vai depender das linhas, da aprovação, efetivamente, do CECAV. Mas, logicamente, ao final, não serei eu, com certeza. O dirigente da Secretaria tem toda a condição, aliás, a obrigação de informar a comunidade.

Bom, eu gostaria de agradecer e de me despedir. No que toca à SEMA, são essas as nossas respostas. Estamos à disposição para que possamos tornar isso realidade.

Eu quero, também, aproveitar a lembrança e dizer que do dia 1º de julho ao dia 30 de setembro nós estaremos em processo eleitoral. Então, há uma proibição, inclusive, da legislação, muito clara, no sentido de promover e realizar as ações que dão ou geram índole eleitoral. Então, eu tenho essa preocupação. Vocês entendam que, embora estejamos trabalhando, as coisas não vão acontecer nesse período, porque não estamos aqui para nos submeter a um questionamento eleitoral, à inflação eleitoral. Pelo contrário, separamos a atividade administrativa da atividade eleitoral.

Muito obrigado e boa-tarde (PALMAS).

O SR. (?) - Secretário, só para fazer uma observação bem rapidamente.

Eu quero ver se é possível, nessa questão de pequenas lavouras, como já tiveram aqui dois exemplos de dois e três hectares, porque realmente o custo do encaminhamento em Cuiabá dificulta, fazer, de repente, uma parceria com o Sr. Valdomiro, que é o Presidente. Quem tiver essa pretensão, deixe o número do lote, tudo, com o Sr. Valdomiro e encaminhe para nós na Prefeitura, que nós pediremos autorização para o INCRA. Por exemplo: nesta semana, quem quiser tirar madeira, cadastre-se aqui...

(PARTICIPANTES MANIFESTAM-SE SIMULTANEAMENTE - INAUDÍVEL.)

O SR. (?) - Não pode? Então daí nós encaminharíamos para o INCRA...

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - A Secretária Yêda precisa retirar-se com o Secretário. Então, eu vou passar a palavra para ela.

Depois, as autoridades vão se colocar. Podem ficar tranquilos que a audiência continuará.

Com a palavra, a Srª Yêda Marly de Assis.

A SRª YÊDA MARLY DE ASSIS - Eu queria dizer para a Neiva que, enquanto você estava falando, eu sugeri ao Secretário Marcos Machado que façamos um plano de recuperação dessas nascentes, que plantemos milhares de mudas de árvores e que vocês ajudem a recuperar.

Eu queria agradecer, Deputada Verinha Araújo, a oportunidade de estar aqui e, principalmente, o carinho, o respeito e a receptividade que tivemos da comunidade do local (PALMAS).

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Obrigada.

Eu peço aos gestores do INCRA que componham a Mesa conosco.

Agora, nós vamos passar a palavra aos representantes do IBAMA, que são o Paulo e a Cristiana.

O SR. PAULO FERNANDO MAIER SOUZA - Nós combinamos, como fizemos da outra vez, que eu me reporto às questões mais gerais e a Cristiana, depois, enfocará a questão das

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

cavernas. Mas nós já cochichamos - e aí ficará a tarefa para o Zeca, que deve estar por aqui, e para o Zé Guilherme - e nos comprometemos, num prazo não superior a trinta dias, que nos sejam entregues os estudos e o trabalho feito pela SEMA, a fazer os pronunciamentos. Então, a gente se compromete que, num prazo não superior a trinta dias, se faça a tramitação do processo dentro do IBAMA, Zé, porque a bola é tua, e com a Cristiana e a equipe de Brasília. Está a Rita aqui também. Então, vamos juntos assumir esse compromisso.

Com relação às ações que as nossas equipes desenvolvem, nós precisamos entender que não cabe ao agente público, principalmente aos nossos agentes de fiscalização, escolher se vão adotar um ou outro caminho. A legislação é muito clara. Toda vez que uma daquelas situações que está prevista em lei é identificada, se o agente de fiscalização não agir, ele é passível de punição. Então, toda vez que o agente de fiscalização se depara com uma situação irregular, ele não escolhe se vai agir ou não. Ele não escolhe esse direito. Ele, obrigatoriamente, tem que agir! Os processos que vão se desencadear, a partir daí, vão depender dos agravantes e das atenuantes, quer dizer, das coisas que vão tornar aquela ação mais grave ou das ações que vão tornar aquela ação menos grave. E aí é um processo administrativo que não cabe mais ao fiscal. O fiscal se deparou com o problema - e nós tivemos vários casos aqui -, se deparou, por exemplo, com uma exploração de saibro, de pedra, de mineração. Independente de qual seja o tamanho disso, obrigatoriamente ele pede imediatamente a licença, porque a licença é dada por um órgão ambiental, que diz se pode ou não fazer aquela mineração. Se não existe, não lhe cabe outra alternativa. Ele não pode dizer: "Ah, então, eu vou embora e vou fazer outra ação." Não lhe é dada a função de fazer isso. A lei estabelece, inclusive, os valores de autuação, quer dizer, os valores que têm de ser cobrados de quem infringiu a regra. Não lhe cabe escolher se vai fazer apreensão dos maquinários ou não vai fazer. Ele não pode escolher. A lei diz que ele tem que fazer a apreensão.

Os procedimentos que serão adotados a partir daí são administrativos. Eu já estive conversando pelo menos com o Prefeito aqui, que nos honrou com a sua visita em Cuiabá. Nós já esclarecemos os procedimentos que têm de ser adotados a partir desse momento. Toda vez que é lavrado um auto não significa que toda razão esteja com o IBAMA. Então as pessoas que são autuadas, que recebem um auto de infração, têm de receber também essa informação que está descrita no documento que lhe é entregue, e elas têm vinte dias para apresentar as suas razões. Às vezes, a equipe erra. Às vezes, a ação do agente de fiscalização não está correta. Então, quem vai apresentar as razões, quem vai demonstrar que aquela ação está equivocada, quem vai demonstrar que há os documentos legais que permitem aquela atividade será o autuado.

Eu vou dar um exemplo para vocês. Este ano, Prefeito, nós estamos completando, felizmente ou infelizmente, eu não sei, 25 anos, quarto de século, da Lei nº 6.938, de 1981, se não me falha a memória, de agosto de 1981. Portanto, faltam dois meses para completarmos os 25 anos. Essa Lei estabelece uma série de coisas. Uma das coisas estabelecida é a de que todos aqueles empreendimentos que em 1981 não tinham licença, não eram obrigados a ter licença em um determinado período no Brasil. Em 1981, passou-se a estabelecer que todo empreendimento que tinha um pacto ambiental precisava ter licença. Só em 1986, 5 anos depois, é que se definiu o que precisava de outros estudos e que nível de estudo, como o EIA/RIMA, para autorizar. Mas em 1981, já se disse: "Olha, tem que ter licença." E como, obviamente, não se poderia sair responsabilizando todo mundo no dia seguinte, foi dado um prazo para que todo mundo que tivesse qualquer tipo de empreendimento que não tivesse licença fosse buscar a licença.

No caso dessas minerações, que são atividades que em tese têm um impacto local, a responsabilidade do licenciamento é do órgão estadual. Então, quem vai conceder a licença e a

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

quem se vai pedir autorização para fazer a mineração é ao órgão estadual. Nós estamos falando aqui do ponto de vista ambiental. Porque o DNPM é um órgão federal. Minério é responsabilidade da União, é patrimônio da União. Portanto, ao órgão federal cabe dizer quem vai ter o direito de usar aquele minério. Mas do ponto de vista ambiental, que é o que a gente trata, o licenciamento é do órgão estadual.

Em 1997, embora tenha muita controvérsia com relação a isso, na minha opinião, ficou absolutamente clara essa divisão de tarefas, embora sempre nos empreendimentos mais complexos sempre haja a possibilidade de questionamento. Mas nas atividades mais corriqueiras é absolutamente claro quem é o órgão estadual que tem a responsabilidade de fornecer a licença. Mas a ação de fiscalização é de responsabilidade de todos os órgãos que integram o tal do SISNAMA, que é um sistema parecido com o sistema de saúde, que foi criado também em 1981. E que, infelizmente, tem um sistema relativamente semelhante ao sistema de saúde, mas que tem a sua implementação muito mais lenta.

Então, infelizmente, hoje, por exemplo, há uma série de atividades que podem ser autorizadas pelos municípios se tiverem Conselho Municipal de Meio Ambiente; se tiverem Fundo Municipal de Meio Ambiente; se tiverem Legislação Municipal e se eles tiverem, não precisa ter uma Secretaria, mas tem que ter um setor dentro da Prefeitura, dentro do órgão municipal, que se dedique à questão ambiental. Então, essas questões que são mais simples podem ser licenciadas até pelo órgão municipal.

Tem uma Resolução do CONAMA, que é o Conselho Nacional do Meio Ambiente, que estabelece de quem é essa competência. Mas, qualquer agente de fiscalização de qualquer um dos órgãos, seja do Município, seja do Estado, seja do Governo federal, não tem o direito, não tem a possibilidade, ele tem a obrigação de, não existindo as licenças... E aí não interessa quem tem que fornecer a licença, cabe a ele perguntar: Existe licença para esse empreendimento. Em não existindo a licença, obviamente, que não lhe cabe outra ação a ser tomada, que não seja embargar as obras, fazer a apreensão dos equipamentos e lavrar um auto de infração. Embora também lhe caiba deixar registrado que existe um período de vinte dias para que sejam apresentadas as licenças. E isso vale em todas as áreas. Por exemplo, no ano passado nós firmamos com o Governo do Estado e, agora, em março virou lei federal, que a responsabilidade de autorizar plano de manejos, exploração de madeira, ou de outros produtos que não sejam madeira, que a responsabilidade de autorizar todos os desmatamentos é do órgão estadual, é da SEMA. No entanto, toda vez que uma atividade de desmatamento, que uma atividade de exploração de produto madeireiro ou não madeireiro, seja realizado sem autorização, cabe a qualquer dos órgãos de fiscalização chamar à responsabilidade aquele que está realizando. E, de novo, não é direito que cabe ao agente atuante, é obrigação, é dever.

A nossa equipe tem uma missão, que é extremamente árdua. Vocês sabem que nós temos o Estado de Mato Grosso, que é o terceiro maior Estado da Federação. E nós temos uma equipe, que não é somente aqui, em Mato Grosso, é no Brasil inteiro, que é bastante reduzida. Mas nós não trabalhamos na ótica que a nossa equipe tenha que ser imensamente maior do que é hoje. Nós trabalhamos na ótica que o Governo do Estado - é uma pena que o Secretário já saiu - mas aqui, em Mato Grosso, está se fazendo, principalmente nesse período, um esforço enorme de aumentar a sua capacidade de trabalho, de aumentar a sua presença no interior, para que tenhamos maior quantidade de pessoas se dedicando ao termo.

Portanto, nós, Governo federal, temos uma tarefa a cumprir, mas nós temos plena consciência de que não vamos ser nós que vamos resolver o problema. O Governo estadual também

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

tem uma enorme tarefa a cumprir. E ele está se preparando, está aumentando os seus esforços nesse sentido. E o esforço nesse último período é extraordinário. Mas nós precisamos que todos os municípios do Estado de Mato Grosso também aumentem os seus esforços. Nós sabemos das dificuldades. E eu sou do dilema que é para quem é gestor em qualquer órgão, eu tive a oportunidade de ser gestor nunca em órgão municipal, mas em órgão estadual, em órgão federal, e nós sempre trabalhamos com recursos escassos. Mas nós entendemos que ou nós trabalhamos fortemente para implantar esse sistema e ter responsabilidades, que são cumpridas pelos municípios, têm responsabilidades que são cumpridas pelos municípios e têm responsabilidades que são cumpridas pelo órgão federal... (VIRADA DE FITA) ...um órgão municipal, um órgão federal e um órgão estadual possa se dedicar. Portanto, o art. 225 da Constituição diz que cabe aos órgãos públicos e também à coletividade - portanto, a nós todos, independente da posição que temos no órgão público - zelar, cuidar para que tenhamos um meio ambiente equilibrado, permitindo qualidade de vida.

E eu não me filio a uma corrente que faça uma distinção, que faça uma separação entre qualidade de vida e sustentabilidade. Há quem diga: Não, nós temos que cuidar do meio ambiente; não, nós temos que cuidar das pessoas. Eu acho que não existe essa distinção. Só existe qualidade de vida, se existe qualidade no ambiente. Quem já passou por experiências de lugares que foram destruídos, sabe o que isso significa. Quem já passou por um lugar que tem um rio poluído ou pessoas morando em um lugar em que ocorreu a destruição, sabe o que isso significa. Quem já trabalhou em lavoura ou trabalha em lavoura e já fez a destruição daquela área, sabe o que isso significa, inclusive o aumento de custo de produção, seja por conta de água, seja por conta dos recursos externos que têm que ser colocados naquela área para garantir que ela continue produzindo.

Então, eu não consigo fazer essa separação: Não, uma hora a gente tem que se cuidar com isso ou tem que cuidar com aquilo. Ou nós cuidamos do conjunto ou estamos belamente encrencados.

Em 2003 - e aí é um cuidado todo especial que eu penso que na área dos assentamentos aqui vocês têm que ter - foi firmado um acordo, um grande acordo, entre a Ministra Marina, Ministra do Meio Ambiente, entre o Ministro do Desenvolvimento Agrário, o Rosseto, o Presidente do INCRA, o Presidente do IBAMA e o Procurador-Geral da República, tem uma Resolução do CONAMA que obriga todo o assentamento a ter licença. E aí não é a licença que individualmente cada parceleiro pode obter, é uma licença para o conjunto. Da mesma forma que quem faz um condomínio tem que ter uma preocupação com o todo, quem vai fazer assentamento, seja órgão estadual, seja órgão federal, seja o próprio município, seja a iniciativa privada, tem que ter também.

Esse acordo que foi firmado, em 2003, tem vigência por três anos. Então, se nós fizermos a conta, 2003 mais três, são 2006. Se não me falha a memória é em setembro deste ano que encerra esse prazo, que encerra esse período. E esse é o período que o órgão, qualquer órgão que tenha assentamento - nós estamos falando aqui do INCRA que firmou o documento - tem para entrar com os seus pedidos de regularização, de licenciamento dos assentamentos, isso para resolver o problema fundiário que, obviamente, não é tão simples assim.

Do ponto de vista de documentação do colono, todo assentamento tem uma RB - relação de beneficiários. Quem afirma que aquele parceleiro detém aquele lote, mesmo se ele não tem o título definitivo, ele tem a posse, e não é uma posse precária, é a relação de beneficiários, a RB. E, portanto, esse é um instrumento que vai ser apresentado a qualquer órgão para comprovação de que aquela pessoa tem direito de usar aquela área.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE
CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE
MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Eu acho que tem o pessoal do INCRA aqui que vai ter muito mais competência do que eu para tratar desse tema.

Por último, quero dizer que toda a nossa equipe tem uma dedicação, e uma dedicação grande, em fazer cumprir o conjunto das normas, não é a norma pela norma, é a norma, primeiro, porque é uma obrigação do servidor público, mas é a norma, porque até que nós consigamos fazer um novo acordo na sociedade, é aquela norma que hoje nos dá mais tranquilidade de que vamos avançando no sentido da sustentabilidade. E essa sustentabilidade que diz respeito à garantia de qualidade de vida para todo mundo.

Se vocês tiverem qualquer denúncia - e aí nós, muitas vezes, recebemos denúncias nessas atividades, nós recebemos uma aqui do Vereador, e ela vai ser tratada...

Um dos temas que o pessoal de Brasília, do CECAV, nos trouxe nesta semana, foi uma necessidade de nós redobramos as nossas atenções no que diz respeito a nossa relação Governo Federal com Governo do Estado nesse tema, principalmente das minerações.

Então, nós estamos sentando com o Governo do Estado para tratar desse tema.

O Secretário já fez aqui uma proposta de nós realizarmos o que ele está chamando de uma varredura, que, na verdade, significa identificarmos a existência dos licenciamentos, que é uma coisa que nós temos feito em outras áreas também, e, a partir dos licenciamentos, verificarmos se aquela atividade está sendo realizada de acordo com o que está sendo autorizado. Obviamente que quem não tem licença, só nos cabe estar presentes nas áreas e fazer com que a atividade pare. Mas ela vai parar indefinidamente? Não. Ela vai parar até que seja obtida a licença.

Eu gosto muito de deixar um número, por quê? Porque às vezes tem essa dificuldade, as pessoas não conseguem chegar até o IBAMA, não conseguem chegar até a SEMA, porque tem uma distância e tem um custo para fazer isso, seja custo do ponto de vista do deslocamento, seja porque deixa de fazer a sua atividade.

Então, a SEMA também possui um número parecido com esse, mas o IBAMA tem um número chamado Linha Verde que as pessoas podem ligar para esse número gratuitamente e fazer as denúncias, é 0800-618080. Esse telefone é ligação gratuita de segunda a sexta-feira nos horários, eu acho que agora incluindo o horário de almoço, das 08:00 horas às 18:00 horas.

Então, se vocês tiverem qualquer denúncia que queiram encaminhar, vocês podem encaminhar a um órgão estadual, podem encaminhar, nós pedimos, inclusive, que divulguem esse número. Isso não vai significar que no dia seguinte estará chegando uma equipe, mas se vocês não conseguirem encaminhar uma denúncia aqui para Cuiabá ou para uma unidade nossa, vocês podem usar esse número: 0800-618080. Se vocês nos ajudarem a divulgar esse número, nós temos chance de que mais pessoas saibam dele e utilizem dele e essas informações cheguem para nós.

Gostaria de agradecer a Deputada, agradecer a todos vocês e colocar à disposição o IBAMA para todas as outras questões que, com certeza, não foram tratadas aqui.

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. PAULO FERNANDO MAIER SOUZA - Não. Primeiro, quanto tempo demorará? Esta é uma pergunta só para entender quais são os papéis. Nesse caso específico da gruta - eu acho que a Cristiana vai tratar disso - mas a gruta que está dentro da unidade de conservação, quem é que é responsável por aquela gruta? Quem é que vai tocar o negócio? Quem é que vai dizer que as pessoas podem entrar, quantas, de que jeito? Quem vai fazer isso é o Governo do Estado, é a SEMA, que é a responsável pela administração do parque, é um parque estadual, portanto, a responsabilidade é da SEMA.

Esses estudos vão ser realizados pela SEMA? As propostas vão ser realizadas pela

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

SEMA e ela vai entregar ao IBAMA.

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

O SR. PAULO FERNANDO MAIER SOUZA - Não, as duas.

A unidade de conservação não tem relação com o IBAMA, ou seja, a unidade de conservação é uma unidade de conservação estadual, o Governo do Estado realiza o plano de manejo e não tem supervisão do IBAMA. O IBAMA não tem que dizer que está certo ou errado, ou se está bom ou não está. A responsabilidade é inteirinha do Governo do Estado.

Mas a gruta, especificamente a gruta, o Governo do Estado, para poder utilizar, para poder autorizar as pessoas a entrarem lá, ele precisa realizar um conjunto de estudos e apresentá-los ao IBAMA. A responsabilidade do IBAMA na unidade de conservação diz respeito à gruta ou ao conjunto de grutas. Nesse momento, nós temos apenas essa gruta que é da Lagoa Azul, que tem um procedimento dentro do IBAMA que está sendo analisado no sentido de permitir o uso turístico.

Então, o que precisa para qualquer pessoa que tenha uma gruta que pretenda usar, teve aquela senhora aqui, eu não me lembro o nome, que inclusive fez a denúncia, ela nos relatou aqui que possui grutas dentro da sua área que, provavelmente, poderá ser uma fonte de renda, poderá ser uma alternativa para ela.

Então, eu acho que nós não vamos conseguir responder todas as perguntas, com todos os detalhes, eu vou passar para a Cristiana que é muito mais competente do que eu para tratar desse assunto, mas o primeiro ato tem que ser um documento encaminhado ao IBAMA, mostrando o interesse de utilizar aquela gruta ou aquelas grutas, informando que elas existem, dizendo: Olha, eu quero fazer o uso turístico destas áreas. O passo seguinte vai ser o IBAMA - e aí tem os procedimentos que estão sendo preparados para isso - vai apresentar o conjunto de estudos, o conjunto de esforços que tem que ser realizados, o conjunto de cuidados que tem que ser realizados para que possa, então, autorizar o uso. Mas isso eu prefiro que a Cristiana responda.

E, sinceramente, eu acho que cabe nesse caso de quem tem interesse de utilizar uma gruta, que não é essa aqui, porque essa aqui que está dentro de uma unidade de conservação, portanto, não é essa de responsabilidade do Estado, fazer depois uma conversa, que neste momento o ideal aqui é com a Cristiana, com a Rita. Mas nós temos o Zeca, o Zé Guilherme, que são nossos servidores, extremamente competentes, que tem no dia-a-dia a tarefa de tratar desses e de outros temas ligados às grutas e que poderão estar disponíveis, estão aqui fazendo um conjunto de tarefas na região, mas estão disponíveis aqui ou depois, lá em Cuiabá, para apresentar para vocês as necessidades de estudos ou de esforços que sejam realizados.

E só dizer uma coisa muito simples, que quem vai usar a área é que vai dizer: Olha, eu quero colocar dez, eu quero colocar vinte, eu quero colocar cinquenta pessoas por dia lá dentro. O que vai nos caber é dizer: Olha, vocês estão pedindo para colocar vinte, mas nós entendemos que só é possível colocar dez. Vocês estão pedindo para colocar cinquenta, mas nós estamos entendendo que, sim, vocês podem colocar cinquenta, podem colocar até sessenta.

Esses estudos que vocês vão realizar e vão nos apresentar, vão ser analisados por nós, é que vai permitir que seja definido esse tipo de coisa.

O que não é possível é que as pessoas entrem numa área e, muitas vezes, entrem sem ter informação nenhuma, e isso pode causar a depreciação de um patrimônio, que é um patrimônio de todo mundo. Como todo mundo aqui falou, a razão das pessoas quererem, terem interesse em turismo nessa região, é poder fazer esse tipo de visita.

Então, nós corremos o risco de matar a galinha dos ovos de ouro se não tivermos o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

cuidado básico para tratar, então, do tema da visitação.

Obrigado a todos e passo de imediato para a Cristiana.

A SR^a CRISTIANA - Na questão do licenciamento, as pessoas que têm grutas dentro da propriedade, primeiro, não pode haver uso turístico de uma caverna dentro da propriedade sem autorização do proprietário. Se o proprietário não quiser abrir para turismo, ninguém, nem uma outra pessoa, nem uma outra empresa pode obrigá-lo a abrir, ele tem a opção de manter fechado, ele vai ter que garantir que ela não será visitada, pode entrar com uma solicitação de colocação de um portão ou cercar a área, isso vai ser analisado.

Caso o proprietário tenha interesse, existem alguns procedimentos: Primeiro, ele entra com pedido de licença prévia, seria uma licença que vai analisar se a caverna tem uma viabilidade de turismo ou não. Então, esse pedido pode ser entregue na Superintendência de Mato Grosso, do IBAMA, e nesse documento o proprietário vai dizer o que ele quer fazer na gruta, ele quer utilizar só um pedaço, ele quer só olhar a entrada e sair, ele quer ir lá, até o fundo da gruta, ele vai dizer qual é o turismo que ele pretende fazer lá.

O IBAMA vai fazer uma vistoria na gruta, vai na área, e a partir do que for observado durante essa vistoria dessas informações, vai fazer um termo de referência, quer dizer, uma listagem de que estudos a pessoa vai precisar fazer para ter o turismo lá dentro. (PARTICIPANTE MANIFESTA-SE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

A SR^a CRISTIANA - Mas aí é uma outra questão.

A criação de uma RPPN, não agora, no caso do posseiro não pode, mas em caso de propriedades particulares, o ideal é a criação de uma RPPN, que a pessoa sai do licenciamento e passa para o plano de manejo da unidade e da caverna. Isso agiliza o procedimento.

Agora, no caso aqui, existem duas situações: Esse estudo para utilização da caverna precisa ser feito. Antes a proposta era um estudo que envolvia a caverna inteira, mesmo que fosse só olhar a boca e sair, ou só ir na entrada e sair, o estudo tinha que ser feito detalhado da caverna inteira. Agora, não, o detalhe é só na área de visitação.

Eu tenho uma situação muito semelhante, na Chapada Diamantina, de pessoas que não têm condições de pagar esse plano de manejo, são várias pessoas. Então o que se fez, a proposta que se fez é de uma associação, quer dizer, a própria associação se unir, escolher as grutas e entrar com um processo como associação.

Outra coisa - no caso aqui eu não sei, mas eu acho que não seria o caso - é do INCRA entrar também com esse pedido de licenciamento. Então, é uma coisa de realmente se unir.

A partir do momento do Termo de Referência ser encaminhado... O Termo de Referência é para cada gruta, mas o processo pode ser de uma associação, e fazer um plano de manejo que vai envolver, que vai ser um para cada um. A partir daí, a partir dos estudos detectados e do custo desses estudos, a associação tem uma facilidade maior de ir atrás desses recursos ou de, então mesmo, entrar em contato com as sociedades organizadas de espeleologia, que tem duas representações, tem a SBE e tem a REDESPELEO, entrar em contado com os grupos de espeleologia e fazer uma proposta, porque existe - o CECAV já foi contactado - interesse desses grupos em estudar as cavernas. Então, fazer uma proposta, considerando que a população não teria renda para bancar o plano de manejo, se eles não poderiam fazer isso graciosamente. Existe essa possibilidade. Alguns estão abertos a isso, inclusive para fazer mapeamento e tudo.

A associação consegue se articular de uma maneira mais fácil, mas o proprietário foge. Se ele quiser sozinho entrar, também, correr atrás dos espeleólogos que têm uma facilidade de fazer, porque o custo maior é da mão-de-obra, existe um custo mesmo de pesquisa, mas o maior

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

custo é da mão de obra mesmo, é dos profissionais especializados.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu queria fazer uma questão de ordem aqui, porque nós temos um horário limite para a Audiência Pública. Nós temos um horário. Regimentalmente seria às 17:00 horas e nós ainda temos que ouvir aqui o pessoal do INCRA sobre o tema que está em debate.

Então, eu vou deixar você fazer a sua pergunta, mas pedir para fazermos o fechamento e usar o microfone, porque está sendo gravado. Faz a sua pergunta, ela responde, para podermos concluir.

O SR. (?) - A pergunta é a seguinte: se o parceiro, o único documento que ele tem do INCRA é uma carta de anuência, então, esse documento é o suficiente como comprovante, vamos supor, da posse da área, que pode entrar como proponente do projeto? Não precisa montar empresa, nada?

A SR^a CRISTIANA - Não há necessidade de comprovar empresa, a pessoa entra com licenciamento como pessoa física. Então, é só o documento da RB e a descrição do empreendimento.

Agora, se tiver algum proprietário que tem interesse em abrir para visitação e ele não queira assumir o custo, mas ele quer entrar em contato com alguma empresa que vai assumir, a empresa pode assumir todos os custos e assumir o empreendimento, mas aí a empresa vai ter que ter a anuência do proprietário para pagar o *royalty* ou pagar uma quantia ao proprietário tal para uso da entrada da propriedade, para o uso da propriedade, porque ele não vai entrar na caverna, ele vai ter que passar pela propriedade e montar uma estrutura ali perto.

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

A SR^a CRISTIANA - Do INCRA, questão da área de assentamento.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Então, agora, está compreendido.

Então, na verdade... Não adianta, porque nós não vamos...

(PARTICIPANTE MANIFESTA-SE FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Ele foi claro, é propriedade.

Eu acho que se nós formos aprofundar o debate, nós vamos ficar aqui infinitamente.

Tem posseiro, tem assentado, tem uma proprietária, a Dona Neiva é proprietária... Nós estamos numa Audiência Pública, aqui nós temos que responder aquilo que é legal. Agora, aquilo que ainda não está legalizado, nós temos que buscar a legalização disso.

Agora, eu vou voltar ao que falei no início da Audiência. Não podemos dizer: Não pode. Nós queremos descobrir como pode, porque senão fica o resto da vida dizendo: Não pode, e o povo vai ficar pobre o resto da vida com uma série de valores aí, buscando a sua regulamentação.

Então, eu vou passar para o INCRA agora. Quem vai falar? O Careca vai falar.

O SR. MARCO ANTÔNIO - Boa-tarde a todos. Meu nome é Marco Antônio, eu coordeno a área de conflitos agrários do INCRA e também estou ocupando as funções do Chefe de Divisão Técnica.

Eu tive a oportunidade de estar aqui, em fevereiro, início de março, e consegui levantar algumas irregularidades que estavam sendo praticadas dentro de tudo que foi colocado e questionado.

Levamos ao conhecimento do Sr. Superintendente Regional, e algumas dessas licenças para desmate, para abertura de novas áreas estão sendo contempladas dentro desses projetos que o INCRA já protocolou na SEMA e está voltado para aquilo que o Dr. Marcos falou aqui: o

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

INCRA está buscando entendimento com a Secretaria de Meio Ambiente para aprovar essas licenças únicas, e dentro delas vai contemplar a questão do desmatamento.

A questão da doação do... Já estão todas elas, todos os projetos de assentamento do INCRA estão sendo trabalhados para que venham ser aprovados até antes de setembro, quando encerra um convênio feito, inclusive esse. Esse é o que mais deu problema para o INCRA.

Dentro desses problemas, também, vou responder a um dos questionamentos que o cidadão colocou ali, se o INCRA não vai ser responsabilizado pelo crime de não titular até hoje as pessoas que aqui estão assentadas. Primeiro, o INCRA fez uma vistoria, no ano passado, com essa finalidade, para titular. Quando estava emitindo os títulos, deparou-se com novos processos de pessoas que adquiriram as parcelas. Então, está havendo uma rotatividade muito grande dentro do projeto de assentamento, até por falta de fiscalização do INCRA. Isso atrapalha muito e não consegue titular.

Começamos um trabalho aqui, no início de março, a equipe começou a levantar novamente essas parcelas, essas ocupações, e tivemos casos aqui de ter que pensar cinco a sete processos em parcela, de uma única parcela, para os senhores verem que a rotatividade de pessoas que vêm vendendo terra pública, que vêm passando, trocando por outro lote, dentro do próprio projeto, também tem atrapalhado.

Outro atrapalhamento que nós encontramos foi a falta de recurso da União. Não tínhamos orçamento da União aprovado, e isso aconteceu há menos de um mês. Esses recursos estão sendo disponibilizados e novamente, no final deste mês, a equipe estará voltando para esse projeto de assentamento para concluir esse levantamento ocupacional, onde nós temos certeza de que em torno de 70% serão titulados. O resto o INCRA vai ter que estudar caso a caso.

A questão da doação do perímetro urbano de várias comunidades que têm aqui, como a senhora questionou, também está sendo levantada. Vai se fazer um novo levantamento físico deste perímetro, porque já houve alteração do último que foi realizado também no ano passado, tinha um processo formalizado para doar e teve que ser paralisado, vai ser disponibilizada uma equipe da topografia para levantar todo esse perímetro aqui do Bom Jardim, lá em cima do Coqueiral, do Roda d'Água, e essas áreas urbanas vão ser destinadas à Prefeitura. Ela, sim, vai ter a competência de regularizar lote urbano. O INCRA não tem essa competência.

Então, nós acreditamos que se tivermos condições de ter o trabalho com mais celeridade, com recurso financeiro necessário até setembro para outubro, nós vamos ter condições de estar com esses processos devidamente aprovados de doação.

A questão de exploração turística ou até um convênio com alguma empresa de turismo, o problema de reforma agrária não contempla isso.

A reforma agrária foi feita para assentar o parceleiro para que ele possa produzir e sobreviver da sua parcela, mas nada impede que se façam alguns esforços em alguns casos que tenham condições de serem feitos, serão feitos dentro das normas pertinentes.

Este caso da doação aqui, o processo tem que ser cumprido em várias etapas. Nós temos que fazer uma vistoria, como o IBAMA tem que fazer, para identificar o perímetro que vai ser desmembrado, levantar o custo da terra nua desse perímetro, retirar esse valor do contrato que o parceleiro tem, porque senão ele vai pagar uma coisa que não vai explorar, e, dentro das normas pertinentes, aprovação na SEMA, no IBAMA e até na Procuradoria Jurídica do INCRA, em Brasília, ter a aprovação e a destinação dessa área para exploração até por uma empresa turística.

A questão do licenciamento, eu já disse aqui, nós acreditamos que com o início dos trabalhos ou reinício dos trabalhos até o final deste mês, a questão da titulação vai ser muito bem

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

acelerada e, logicamente, aquelas pessoas que realmente estão dentro da parcela desde o início, que nós sabemos que é uma grande quantidade, a maioria está, essa será beneficiada. As outras, nós vamos ter que estudar caso a caso, tecnicamente e juridicamente. Temos certeza de que vamos conseguir atingir o objetivo que todos aqui querem, que é receber o seu título de propriedade com direito aos créditos que estão aí no programa de reforma agrária e ser incluso, socialmente, na sociedade.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - A Ana Lúcia está perguntando se essa parte urbana será repassada à Prefeitura.

Viu, Ana Lúcia, até aquela hora que você fez a pergunta, porque essa é questão desde a primeira audiência que nós fizemos, aqui você colocou, o Sr. Valdemir colocou em cem documentos para nós, e nós repassamos ao INCRA, nós já chamamos o Prefeito, porque é ele que vai ser o responsável em fazer o acompanhamento junto ao INCRA para acelerar essa questão documental, porque é ele que vai receber doação. E quando ele receber a doação, porque o INCRA vai doar essa área, ele vai medir, vai doar à Prefeitura, porque é ela, o Prefeito ou a Prefeitura que é o gestor, é o responsável em administrar aqui.

Então, eu já vou adiantar isso para você. A questão do lixo que vocês colocaram, nós também já orientamos o Prefeito para fazer o trabalho com a SEMA, porque a SEMA é estadual hoje, está fazendo um levantamento de todos os municípios, onde que tem lixões expostos, e vocês tem um problema aqui na comunidade, e ele já está orientando inclusive, o que ele tem que fazer junto com a SEMA para regularizar essa parte do lixo, porque se vocês estão buscando uma região com turismo, não podem ter lixo exposto, tem que ser tratado, tem que fazer a coleta, tudo direitinho. Então, já adiantando aí para você.

Marco, é isso?

O SR. MARCO ANTÔNIO - É isso. E tão logo seja repassado para a Prefeitura, logicamente, o interesse do Prefeito é de titular, regularizar essas ocupações dentro da área urbana que vai também trazer recursos financeiros para a Prefeitura que são os impostos.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Como é o nome do senhor? Sr. Elias. Eu vou só passar para o Sr. Elias... O senhor é da EMPAER, Sr. Elias? Por que o senhor não falou que estava aqui?

Com a palavra, o Sr. Elias, da EMPAER. Então, eu vou passar para ele e se não tiver mais nenhuma pergunta, nós estaremos fazendo os desdobramentos finais.

O SR. ELIAS - Boa-tarde a todos!

Nós estávamos ouvindo, Deputada, e estamos satisfeitos com isso, que venham todas as comunidades.

O companheiro Careca pronunciou aí que é possível que os títulos saiam com facilidade a partir de setembro.

Eu tenho uma dúvida e vou lhe fazer uma pergunta. Nós até conhecemos algum problema dessa região. São três áreas aqui na grande Coqueiral, Quebó, que têm três matrículas, uma delas não tinha origem, estava até na Procuradoria-Geral. Eu quero perguntar se já foi resolvido o problema das matrículas.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Só antes que o Careca responda, o Vicente pediu... Vicente, só mais essa. O Vicente e tem mais um inscrito lá

Presidente do Marzagão, pode vir aqui, Vicente. Não fica vermelho, Vicente.

O SR. VICENTE - Hoje, uma das grandes mídias que aparecem na televisão, em termos de assentamento do INCRA, é principalmente invasão de terra, é grilagem, é tiroteio e tudo

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

mais. O ecoturismo, nós estamos querendo contemplar Nobres aqui de uma forma diferente. Todos esses colonos que estão aqui, parceiros, têm a grande possibilidade de ter a vida melhor.

Eu quero fazer uma pergunta no sentido de termos os parceiros dentro da área urbana, a possibilidade de trabalharmos com pousadas familiares, para que realmente o turista possa ir para a casa do colono, o colono poder recebê-lo para mostrar o convívio dentro da comunidade, levá-lo até o sítio, mostrar o que planta, como planta, o que é cooperativismo, o que é agricultura familiar, dentro de um assentamento do INCRA e ser o guia para levá-lo até as áreas de belezas cênicas aqui, como guia, ganha ele, ganha o filho, a esposa, fazendo galinhada e tudo mais. Eu queria uma resposta sua, como que o parceiro pode ser beneficiado ou autorizado junto ao órgão do INCRA para ter esse empreendimento de recepção do turista aqui na vila.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Severino Carmo da Silva, do Marzagão.

O SR. SEVERINO CARMO DA SILVA - Boa-tarde a todos. Boa-tarde a todas as autoridades aqui presentes, ao Prefeito Flávio Dalmolin... (VIRADA DE FITA) ...o Prefeito Flávio estava falando sobre isso, a questão também da documentação, dos títulos definitivos para os produtores, para os moradores, para os comerciantes, para que possam adquirir recursos para desenvolver suas atividades.

Também temos a preocupação de saber se já existe uma política de preservação, de recuperação das áreas já degradadas. Aqui é composto por produtores pequenos, produtores que não têm condições de ter equipamento suficiente para fazer a recuperação das áreas degradadas.

Outra questão é a eletrificação. Nós, sem energia, não temos condições. Lá são pequenas propriedades. Têm grandes propriedades também, mas aqui eu estou falando no geral, estou falando do problema tanto aqui de Nobres quanto de Rosário Oeste. Necessidade de energia.

Nós estávamos numa reunião que houve aqui e fomos informados de que até maio era para iniciar, que o Governo Federal tinha repassado a verba para o Governo do Estado, só que até agora não tivemos nenhuma manifestação do pessoal fazendo a implantação local. Inclusive, estamos tão próximos de uma usina e não temos energia. Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Eu vou passar a palavra para o Careca, mas já vou responder sobre a energia.

Vocês lembram que estivemos aqui, inclusive tem obras paradas aqui na região, o pessoal da Mata Grande, não sei se vieram resolver, porque lá só faltava ligar, mas nós já conversamos diretamente com a Rede/CEMAT.

A questão da energia é a seguinte. Nós temos uma série de ligações aqui para a região de Nobres para este ano - não sei se o prefeito tem aqui o número de famílias que vai ser contemplada -, mas nessa região vai avançar bastante. Ocorre que estava esperando assinar o contrato da Eletrobrás com a Rede/CEMAT, e esse contrato já tem 60 dias que foi assinado, já foi depositado na conta da Rede/CEMAT R\$60 milhões pela Eletrobrás e, nesse período, a informação que temos, que nós falamos praticamente toda semana com eles, é que estão esperando a chegada de postes e transformadores, porque nós vamos ligar neste ano, em Mato Grosso, para 30 mil famílias.

Devido ao número que no País inteiro está ligando, neste ano vão ser milhões de famílias atendidas, não tinha material suficiente. Então, o dinheiro foi depositado e com esse dinheiro compraram os materiais para iniciar a obra. Assim, a informação que nós temos é a de que reiniciam agora, a partir do dia 19 de junho, as obras. Essa é a informação que nós temos. Mas, se não recomeçar aqui, o pessoal tem o meu telefone, é só ligar que vamos estar cobrando lá o reinício das obras. Está certo?

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE
CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE
MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Mas nós estamos acompanhando, gente. Nós temos um compromisso com essa questão da energia, temos acompanhado, é para reiniciar agora e não tem justificativa, porque aquilo que cabia ao Governo Federal já foi depositado há 60 dias e estamos realmente esperando os produtos para reiniciarmos as obras.

Com a palavra, o Careca.

O SR. CARECA - Com relação à autorização do INCRA para a construção de hotel e essas coisas, o INCRA, na área urbana, não tem essa prerrogativa de autorizar, por isso que é feito um processo de doação à prefeitura e a prefeitura, de posse dessa matrícula, pode autorizar a construção residencial, comercial e até industrial. Então, tão logo sejam repassadas essas áreas urbanas para a prefeitura, vocês devem buscar a autorização, que é também da prefeitura. (MANIFESTAÇÃO FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. CARECA - Eu sei. Mas ele falou na questão de montar hotel, pensão dentro da área urbana.

(MANIFESTAÇÃO FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

A SRª ANA - Nesse dia o Sr. Marco Antônio falou assim: “Você tem que saber que isso aqui não é de vocês. Isso aqui é da União. Você pode perder tudo isso aqui”. Eu falei: eu vou ter que morrer, porque sou filha daqui, nasci e me criei aqui, batalhei a vida inteira e perder o que eu tenho aqui dentro não é possível.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Agora você responde, Careca.

O SR. CARECA - Tudo o que eu disse era verdadeiro e continua sendo verdadeiro.

Nem a senhora e nem as pessoas que têm microempresa, como a senhora, tinham ou têm autorização para explorar área da União Federal.

A senhora foi considerada, numa época, pessoa não-cliente do programa de reforma agrária, por isso lhe disse essas palavras.

Com a destinação dessa área urbana para a prefeitura, logicamente, quem vai regularizar a ocupação é a prefeitura e não o INCRA.

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Ana, só respondendo para você. Ele está respondendo dentro da legalidade.

Vocês têm que entender que o Careca é um funcionário público federal. Ele responde dentro da legalidade. Ele não pode dizer: “A senhora está certa”. Ele está respondendo dentro da legalidade.

Nós já acompanhamos regularizações de áreas urbanas de pessoas que tiveram seus empreendimentos, fizeram seus empreendimentos. E qual é o procedimento?

Agora o INCRA está estudando aqui a área urbana, vai fazer esse estudo junto com a regularização fundiária, repassar à prefeitura e a prefeitura, recebendo esse patrimônio, vai regularizar.

Você entendeu?

(MANIFESTAÇÃO FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

A SRª PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Não. Não vai perder nada. Ninguém vai perder nada. Fica tranqüila. Ninguém vai perder nada aqui não.

Tem mais alguma coisa a falar, Careca? Tinha aquela questão do desmembramento dos registros, que foi perguntado.

O SR. CARECA - A respeito do remembramento. Isso já foi utilizado, já foi inclusive publicado no Diário Oficial do Estado, da União e no jornal de maior circulação no Estado. Isso tem cerca de 90 dias, se não me falha a memória. Foi uma publicação de página inteira.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE
CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE
MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Foi, inclusive, o primeiro projeto de assentamento que nós conseguimos efetivar a regularização da matrícula.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Uma questão de ordem.

Não vamos mais conceder, senão não vamos conseguir sair daqui, Munir. Já foi perguntado a ele sobre...

A sua pergunta já foi feita pelo Vicente, Munir. Já foi respondida.

Última pergunta, Munir. Qual é?

(MANIFESTAÇÃO FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - No Brasil?

O SR. CARECA - Eu não posso responder para o senhor. Não é minha área.

Essa resposta poderemos buscar e lhe encaminhar oficialmente. Essa área está mais voltada para assentamento.

Estou procurando até auxiliar naquilo que eu conheço.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - O Paulo tem conhecimento.

Então, vou passar a palavra para ele a fim de passar essa informação.

O SR. PAULO - Tem que se levar em consideração... Aqui tem uma situação que me parece muito interessante. Tem um município lá no Rio Grande de Sul chamado Ilópolis e, se não me engano, 75% da área ainda com vegetação nativa, o município, com certeza, do Rio Grande do Sul, que tem a maior área conservada.

Naquela região da campanha, de Bagé, Dom Pedrito, tem historicamente uma ocupação do solo que gerou grandes propriedades e boa parte delas com dificuldades de produção, de se adequarem aos critérios de produtividade. Portanto, Ilha Negra, principalmente, que é um município recente e que surge a partir do momento que tem várias áreas de assentamento.

Em alguns desses assentamentos, que não perdem sua característica de produção, que não deixam de ser eminentemente o cumprimento do papel da área, mas existe sim, de forma ordenada, visitação nessas áreas e exploração turística.

Da mesma forma que ocorre em outras áreas. Mas o que fica muito claro lá é que a atividade principal daquelas pessoas que estão dentro da área é a atividade agropecuária, principalmente atividade agrícola, com produção de sementes, com uma experiência muito interessante de produção de sementes orgânicas, já com várias experiências inclusive de exportação disso e é uma experiência que em algum momento pode até ser interessante conhecer.

Mas tem que ficar muito claro: não tem isso como principal atividade, mas ocorrem visitas e as pessoas são recepcionadas.

Em Ilópolis, teve todo um esforço com a prefeitura, principalmente, capitaneando isso, com uma contribuição do IBAMA também do órgão estadual e o modelo principal que foi pensando para aquela região é onde o colono, ao invés de construir grandes pousadas, grandes hotéis, prepara um pedaço da sua habitação e recebe um conjunto de informações que lhe permite receber. É um dos atrativos não é ir lá para ficar em pousada, ficar em hotel, mas ir lá para ficar morando e convivendo com aquelas pessoas que têm como seu principal meio de vida a atividade agrícola, a atividade agropecuária.

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Então, vamos encerrar agora e quero dizer para a comunidade que nós já estivemos aqui, desde o ano passado, fizemos, num primeiro momento, uma audiência, depois estive em várias reuniões, tanto no Bom Jardim como na Gleba Coqueiral, e assumimos essa questão de buscar a regularização fundiária de toda essa região, assim como também assumimos a busca de uma alternativa sobre a questão ambiental e a questão

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

turística. Tanto é que nesta audiência de hoje nós saímos daqui com o compromisso, que vocês viram aqui, firmado entre o Secretário de Meio Ambiente, o Secretário de Turismo e o Superintendente do IBAMA, o Paulo e a Cristiana, que é a Coordenadora Nacional do CECAV, que é o Centro de Estudos de Cavernas, de que vai se organizar todo o plano de manejo da gruta, da Caverna Lagoa Azul, para que ela possa ser aberta para visitação.

Foi isso que vocês acompanharam aqui hoje.

O próprio Secretário, inclusive, está buscando um local para fazer o receptivo, onde vai ser a entrada da visitação, porque isso vai ser um empreendimento que vai agregar, é óbvio, guias turísticos, agregar restaurantes e pousadas aqui na região. Isso é uma coisa.

A outra é que, como temos um Parque Estadual aqui que a SEMA é a responsável, inclusive foi a pergunta que eu fiz ao Secretário, e ele saiu daqui também dizendo que agora em julho já inicia um estudo de um plano de manejo do Parque Estadual, porque nós temos que separar as duas coisas. Uma coisa é a gruta, as cavernas e a outra coisa é o Parque. São dois planos de manejos separados, mas que na verdade se interagem.

Foi dito aqui também, pelo IBAMA e pelo CECAV, que se alguém em sua propriedade tiver uma caverna e tiver interesse que essa caverna seja aberta para visitação, ele pode entrar com um requerimento para que possa, então, fazer a legalização disso e possa abrir para a visitação com agregação de renda na sua propriedade.

Uma outra questão é sobre aqueles nossos assentados que estão aqui na região há vinte anos e que até agora não obtiveram os títulos.

Vocês são testemunhas de que, desde o ano passado, quando aqui estivemos, fizemos várias reuniões e o próprio prefeito participou, acelerou bastante a homologação de várias propriedades. Acelerou e nós tivemos várias propriedades homologadas, ainda insuficientes.

E o próprio INCRA disse que nessas constatações se viu que houve trocas de até sete vezes, o mesmo proprietário vendeu para sete pessoas. Isso aí é um trato específico e nós não podemos generalizar. Porque um ou outro fez, todo mundo fez. Quem fez, o INCRA está dando o trato específico para esse.

Outra pergunta que foi feita aqui, que são alguns assentados nossos, que estão próximos às áreas de nascente ou que tem exploração turística e tinha esse mito, essa coisa de dizer que não pode. Então, o próprio INCRA vai estar nessa luta da regularização, da titulação e, depois disso, a pessoa tendo um título, ela é proprietária daquele terreno, quer dizer, ela, dentro da legalidade, pode estabelecer – vou usar o termo que o César usou hoje – alianças institucionais para agregação de valores, utilização de sua propriedade, agregação de renda e etc. E o próprio Paulo deu depoimento aqui de cidades onde isso hoje é possível.

Então, uma coisa que nós temos que levar desta audiência é que tivemos várias informações, procedimentos que podem ser feitos e denúncias que vão ser averiguadas, que esta audiência produziu informações e encaminhamentos das autoridades aqui, mas que não seremos nós sozinhos que vamos fazer. É importante que a comunidade fique organizada - se organize e se articule.

E aí, Ana, eu quero responder a você, porque sei que você ficou angustiada.

Careca, a Ana está dizendo que ela já é moradora aqui antes disso se tornar um assentamento, portanto, ela não tem nada a ver, ela não ocupou aqui depois. Mas vamos supor que isso tivesse ocorrido, que pode ter acontecido.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE
CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE
MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

Nós não podemos sair daqui amedrontando as pessoas, ninguém veio aqui para fazer isso, não é esse o objetivo, mas eu disse que o Careca respondeu como servidor público, dentro da obrigação dele.

Se tivesse alguém do Ministério Público Federal aqui poderia prendê-lo se ele dissesse para você o que é ilegal fazer. Mas, fique tranqüila, porque não é só você.

Eu estou acompanhando diversas regularizações de áreas urbanas. Vou citar um exemplo: a cidade de Confresa, que é uma colonizadora, era um assentamento e virou uma cidade. Lá ninguém tem título e nós estamos na luta para regularizar toda a área urbana, passar para a prefeitura e a prefeitura vai regularizar os lotes e entregar os títulos para as pessoas. Isso nós temos hoje no Estado, e diria que mais da metade - não é Careca? Nós temos mais de 50% das cidades de Mato Grosso que eram assentamentos e se transformaram em cidades. Um exemplo recente foi Ipiranga do Norte, que não tinha título e tem aí seis meses que entregamos os títulos para as pessoas que moram na área urbana.

Por isso que eu estou aqui, temos um mandato, temos um compromisso e vamos, dentro da legalidade, fazer tudo certinho. Não tem nada de dizer que...

(MANIFESTAÇÃO FORA DO MICROFONE - INAUDÍVEL.)

A SR^a PRESIDENTE (VERINHA ARAÚJO) - Não. Não.

O único problema é que você não pode fazer empréstimo, porque você não tem o título da sua propriedade.

Ana, está respondido? Vai resolver com a doação. O INCRA está organizando. Por isso que eu disse que o prefeito tem que pegar no pé, ficar lá junto, porque se eu fosse prefeito da cidade de Nobres, ficava lá dentro do INCRA.

Eu tenho certeza de que ele faz isso. Ele me liga toda semana. Ele briga, ele cobra.

Nós estamos cobrando o INCRA também, o Márcio está aqui e sabe quantas vezes eu telefono para ele e ele inclusive me passou uma documentação sobre como tem que fazer a regularização urbana.

Está acabando de passar a documentação que precisa a prefeitura entregar para fazer a regularização urbana daqui, tanto do Bom Jardim como da Gleba Coqueiral.

Então, quero agradecer a todos e todas.

Nada se encerrou aqui hoje. A luta continua. Vão ser necessárias outras audiências, mas eu tenho certeza de que nós vamos sair daqui hoje com muitos passos dados.

Nós agradecemos e desejamos uma boa segunda-feira a todos.

Quem tem namorado vai namorar hoje e quem não tem vamos esperar a nossa seleção amanhã ser vitoriosa, se Deus quiser. Muito obrigada.

Declaro encerrada a presente audiência (PALMAS).

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:

- Cristina Maria Costa e Silva;
- Donata Maria da Silva Moreira;
- Isabel Luíza Lopes;
- Regina Célia Garcia;
- Rosa Antônia de Almeida Maciel Lehr;

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUTIR A REABERTURA DO COMPLEXO DE
CAVERNAS DA LAGOA AZUL, REALIZADA NO MUNICÍPIO DE NOBRES, NO DIA 12 DE
MAIO DE 2006, ÀS 14:00 HORAS (DEGRAVAÇÃO DE FITA CASSETE).

- Rosivânia Ribeiro de França;
- Revisão:
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Laura Yumi Miyakawa;
 - Nilzalina Couto Marques.